

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Ednilton José Santa-Rosa

A família e a criança no psicodiagnóstico infantil:  
estudo em uma clínica-escola de São Paulo

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Ednilton José Santa-Rosa

A família e a criança no psicodiagnóstico infantil:  
estudo em uma clínica-escola de São Paulo

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Odair Sass.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

À Veronice, minha esposa e Helena, minha filha que compartilharam comigo todos os momentos difíceis e sempre me apoiaram com muita dedicação e amor.

Ao orientador, Odair Sass, pela competência, seriedade e rigor com que me orientou.

À instituição de ensino superior, por disponibilizar seus arquivos para a realização deste trabalho.

À Faculdade Paulista de Serviço Social, cujo apoio financeiro foi fundamental para que esse trabalho fosse realizado.

Ao Cláudio, pela grande disponibilidade nas traduções.

Aos amigos Marcelo, Tadeu, Gil, Pedro, Erich, que muito contribuíram com suas reflexões e sugestões.

À Sonia e à Cida que, de maneira direta e indireta, sempre estiveram dispostas a colaborar.

Ao Jeová, pela paciência e dedicação na revisão do texto.

À Marlene, secretária do programa, que muito me ajudou na solução dos problemas administrativos.

SANTA-ROSA, Ednilton José. A família e a criança no psicodiagnóstico infantil: estudo em uma clínica-escola de São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008, 105p.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a idéia de família contida nos psicodiagnósticos infantis realizados por psicólogos em formação, em uma clínica-escola da cidade de São Paulo. Foram pesquisados 21 relatórios finais de psicodiagnósticos, elaborados entre 2003 e 2004, que determinaram o encaminhamento da criança para a psicoterapia. Dos relatórios selecionados foram extraídos vários elementos, tais como: termos, conceitos, expressões e explicações relacionados à função da família na formação da criança. Esses elementos permitiram agrupar os conteúdos em duas categorias, denominadas de “Vínculos familiares” e “Cuidados com a criança”. Na primeira categoria foram alocados indicadores referentes à maneira como foi compreendida, pelo psicodiagnóstico, a vinculação entre a criança e cada um dos membros da família. Já na segunda, foram relacionados os indicadores atinentes à conduta dos familiares no cuidado com a criança quanto ao sentimento de segurança, proteção e desenvolvimento. A base conceitual da pesquisa é pertinente à teoria crítica da sociedade, destacando-se as discussões relacionadas à família, ideologia, psicologia e técnica. As principais conclusões obtidas indicam que a idéia de família contida nos psicodiagnósticos estudados têm como base um modelo familiar constituído por indivíduos que se vinculam por meio de papéis definidos: pai, mãe e filho(a). A análise dos relatórios também aponta que os cuidados relacionados à criança estão condicionados ao ajustamento dos membros da família, mais especificamente ao relacionamento dos pais e à capacidade destes em exercerem seus papéis. Constatou-se que, apesar de presentes nos psicodiagnósticos, os fatores sociais determinantes da situação familiar não são devidamente considerados nos relatórios.

Palavras-chave: família, psicodiagnóstico infantil, teoria crítica da sociedade.

SANTA-ROSA, Ednilton José. A família e a criança no psicodiagnóstico infantil: estudo em uma clínica-escola de São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008, 105p.

## **ABSTRACT**

The present study has the objective to verify the idea of families contained in the infantile psychodiagnostics realized in a clinic-school at São Paulo city by psychologist trainee. It was searched twenty-one final reports of psychodiagnostics, made between 2003 and 2004, that had determined the leading of children to the psychotherapy. From the selected reports were extracted some elements, such as, terms, concepts, expressions, and explanations related to the family in the child education. These elements allowed us to separate the subjects in two categories named as Family Linking and Children Care. In the first category, we allocated the psychodiagnostic comprehension of indicators referred to the way the linking between the child and each one of the family members. It was allocated in the second category the indicators concerned to family members conduction when it affects the children's feelings of safe, protection, and development. The conceptual base of the searching is pertinent to the critical theory of the society; especially the discussions related to family, ideology, psychology and technique. It was concluded that a family representation constituted by individuals, who are linked with defined rules such as father, mother and children, bases the notions of family. The function, performed by the family, of child care is conditioned to the adjustment of the family members, more specifically the parents, to the their rules functions. Nevertheless, it is not considered duly the social factors that imply in the family constitution.

Key words: Family, infantile psychodiagnostic and critical theory of the society

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. PSICOLOGIA E TÉCNICA	9
2. FAMÍLIA	20
3. A FAMÍLIA NOS PSICODIAGNÓSTICOS	35
3.1. O psicodiagnóstico na clínica-escola	36
3.2. Etapas da pesquisa	38
O arquivamento dos prontuários	39
Seleção do material para análise	40
Os prontuários	41
Exame dos prontuários selecionados	43
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
4.1. Características das crianças atendidas em psicodiagnóstico e suas famílias	45
Problemas relativos à criança, relatados pelos familiares ou responsáveis	55
4.2. A compreensão da participação da família nos problemas psicológicos da criança, indicada nos psicodiagnósticos	62
A. Vínculos familiares	64
Vínculo da criança com a mãe	66
Vínculo da criança com o pai	72
Vínculo da criança com a mãe e o pai	74
Vínculo da criança com a família	77
Vínculos entre a criança e os irmãos	80

B. Cuidados com a criança	81
Sentimento de segurança da criança	82
Desenvolvimento da criança	85
Proteção à criança	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

## TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Crianças submetidas ao psicodiagnóstico, segundo o sexo	45
Tabela 2. Idade e escolaridade das crianças submetidas ao psicodiagnóstico	46
Tabela 3. Renda mensal familiar	48
Tabela 4. Pais e mães das crianças, segundo a ocupação	50
Tabela 5. Vínculos dos pais biológicos das crianças	53
Quadro 1. Detalhamento das famílias das crianças atendidas em Psicodiagnóstico	54
Tabela 6. Local de ocorrência dos problemas apresentados pelas crianças, registrados nas queixas dos relatórios finais de psicodiagnóstico	56
Tabela 7. Busca pelo serviço psicológico	57
Tabela 8. Indicadores de problema apresentados nos relatórios finais	59
Tabela 9. Participação da família atribuída no psicodiagnóstico quanto às causas do problema psicológico das crianças	62
Tabela 10. Vínculos entre a criança e seus familiares	65
Tabela 11. Conduta dos pais para o cuidado com a criança	82
Quadro 2. Resumo dos resultados obtidos em relação aos indicadores de Vínculos familiares e Cuidados com a criança	93

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a idéia de família contida nos psicodiagnósticos infantis elaborados por psicólogos em formação, em uma clínica-escola da cidade de São Paulo. Tal objetivo se fundamenta na importância atribuída à família no psicodiagnóstico quando este a inclui na diagnose do problema psicológico infantil. Servem de base para esta pesquisa os prontuários de uma clínica-escola vinculada a uma instituição de ensino superior da cidade de São Paulo.

O psicodiagnóstico é um instrumento psicológico “cujo objetivo é conseguir uma descrição e compreensão, a mais profunda e completa possível, da personalidade total do paciente ou do grupo familiar” (Ocampo, Arzeno e Piccolo, 1987, p. 17). Esse instrumento proporciona a obtenção de dados que servem de base para o tratamento psicológico ou ainda como “base da orientação vocacional e profissional, do trabalho como peritos forenses ou trabalhistas, etc.” (Arzeno, 1995, p. 5). Quando se trata de psicodiagnóstico infantil, a compreensão do psicólogo sobre a família da criança atendida ocupa um lugar de destaque, desde que se considere a importância da família na formação da criança. Freud (1980)<sup>1</sup>, dentre outros teóricos, já havia afirmado a determinação das relações familiares na formação do psiquismo. Autores que se ocuparam especificamente da psicologia infantil, tais como Winnicott (1983, 1999, 2005); Spitz (1983); Anna Freud (1983); Bowlby (1997), também apresentaram estudos mostrando o estreito vínculo entre o desenvolvimento psíquico da criança e a qualidade das relações afetivas vividas na família.

---

<sup>1</sup> A data entre parêntesis indica o ano da publicação consultada.

Diante da evidência de que as primeiras relações desenvolvidas pela criança fornecem a base para a constituição de seu psiquismo e considerando que a família é, geralmente, na atual sociedade, o primeiro grupo social do qual a criança participa, torna-se inegável a influência das relações familiares em sua formação e, portanto, das possíveis dificuldades psicológicas infantis.

Estudiosos do psicodiagnóstico infantil (Soifer, 1983; Arzeno, 1995; Gomes, 1998; Trinca, 2003; Tsu, 2003) enfatizam a importância de se incluir as relações familiares, como um dos elementos básicos desse procedimento psicológico, para a compreensão dos problemas psíquicos da criança.

Soifer (1983) afirma que determinadas configurações familiares podem gerar sintomas nos componentes da família. Gomes (1998) apresenta um estudo mostrando a maneira como, em muitas situações, a relação conjugal determina o sintoma psicológico da criança:

[...] a experiência clínica nos mostra como os casais muitas vezes se tornam infelizes, gerando dinâmicas familiares desestruturadas, que podem interferir negativamente no desenvolvimento das crianças, as quais são totalmente dependentes de suas famílias e que, por sua vez, num futuro, serão geradoras de outras famílias. (p. 15)

Arzeno (1995), argumentando que “O sintoma da criança é o emergente de um sistema intrapsíquico que está, por sua vez, inserido no esquema familiar também doente, com sua própria economia e dinâmica”(p. 167), recomenda que seja feita, no mínimo, uma entrevista familiar no processo psicodiagnóstico. A autora afirma ainda que a entrevista familiar será mais necessária quanto mais

grave for a hipótese diagnóstica como, por exemplo, psicoses, quadros “*borderlines*”, perversão, psicopatias ou hipocondrias graves.

Percebe-se a unanimidade dos autores acima citados no que diz respeito à participação da família na constituição do problema infantil, mas não se nota considerações a respeito de fatores sociais que podem ocasionar a formação de uma família geradora de problemas na criança. Tais autores compartilham de um modelo de família que tem seus componentes ligados psicologicamente e os problemas familiares geradores dos chamados sintomas da criança seriam produzidos no interior da família, como se esta tivesse sua constituição independente da sociedade. No caso de expressar a enfermidade da família é como compará-la a um organismo que, ao adoecer, afetaria seus membros e, portanto, necessitaria de tratamento para retornar ao equilíbrio saudável.

É certo que outros autores tais como Trinca (2003) e Tsu (2003), mesmo considerando as relações familiares como um aspecto importante no entendimento do problema psicológico infantil, não compreendem a família como fator determinante dos sintomas da criança. Afirmam que as dificuldades desta devem ser consideradas em um contexto maior, como descreve Tsu (2003), que defende a necessidade de se observar as relações sociais da criança no entendimento de seus sintomas. Tal argumento, embora expresse uma ampliação do olhar sobre os problemas psicológicos infantis, ainda sugere uma separação entre família e sociedade, como se a criança fosse ora influenciada pela primeira, ora pela segunda.

De qualquer maneira, ainda que haja diferenças entre os teóricos a respeito do grau de importância das relações familiares na determinação dos problemas psicológicos apresentados pela criança, a família é geralmente investigada no

processo de realização do psicodiagnóstico infantil, ainda que seja apenas indiretamente, por meio da entrevista de anamnese.

Por se tratar de um instrumento dotado de procedimento comparativo, o psicodiagnóstico vale-se de valores empíricos para uma confrontação com os fenômenos considerados normais. Ao incluir a família como um componente a ser considerado na diagnose do problema infantil, toma como base o que é esperado socialmente em uma relação familiar para o devido apoio psicológico, necessário ao bom desenvolvimento psíquico da criança.

Mas, se o objetivo do psicodiagnóstico é conseguir uma compreensão mais completa e profunda possível do indivíduo ou da família (Ocampo, Arzeno e Piccolo, 1987), como seriam tratados os fatores sociais que incidem sobre a formação da família que colabora para o surgimento ou manutenção de um problema psicológico infantil?

A questão acima apresentada encontra fundamento no fato de que sobre a família, formada em dependência estrita à sociedade, incidem modificações, mais ou menos profundas, decorrentes das transformações sociais. Segundo Horkheimer e Adorno (1978), a família não só depende da realidade social, mas é mediatizada pela sociedade em sua estrutura mais íntima, o que dá sustentação à pergunta da presente pesquisa: ao incluir a família na diagnose do problema psicológico infantil, em que medida é considerada, pelo psicodiagnóstico, a mediação social da formação familiar da criança que manifesta problemas e dificuldades psicológicas? Em consonância com esse entendimento, à pergunta formulada decorre a hipótese de que a idéia de família nos psicodiagnósticos tende a não considerar os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais,

determinantes das relações familiares, reduzindo os problemas apresentados pela criança e seus familiares a aspectos de ordem psicológica.

A questão acima formulada pode e deve ser discutida na formação do psicólogo, que encontra um momento importante nos estágios realizados em clínicas-escola, que têm como objetivo principal o de propiciar ao aluno, na experiência do atendimento clínico, uma das possibilidades de aplicação da psicologia<sup>2</sup>. A atividade principal realizada pelo estagiário em psicologia clínica é o atendimento clínico que, depois de ser completado, é registrado como relatório e discutido em um grupo de supervisão. Este, em geral, é composto por um professor supervisor e um pequeno número de alunos pertencentes à mesma fase de formação. As discussões e reflexões realizadas nos grupos de supervisão representam a base de análise dos casos atendidos, passando pela apreciação do professor e pelas diversas observações dos alunos do grupo.

A clínica-escola presta serviços psicológicos ao público, o que representa uma das possibilidades para o atendimento da população de baixo poder aquisitivo, considerando-se que algumas clínicas-escola não cobram pelo atendimento prestado. Cabe, entretanto, a ressalva de que tal atendimento é limitado pelo calendário acadêmico, pois o aluno ao iniciar seus atendimentos clínicos tem, geralmente, dois semestres letivos para finalizá-los, correspondentes ao número mínimo de horas exigido para a sua formação profissional. Isso significa que, muitas vezes, o tratamento iniciado com um estagiário é finalizado com outro, quando não ocorre o fato de um paciente passar por três ou mais estagiários, dependendo do caso.

---

<sup>2</sup> As práticas supervisionadas fazem parte da formação do psicólogo. O aluno, para adquirir o título de psicólogo, deve realizar estágios profissionalizantes supervisionados por um professor do curso em que estuda. Além da clínica, o aluno tem a possibilidade de realizar estágios na área da psicologia organizacional, escolar, comunitária, hospitalar e outras que forem oferecidas pela faculdade.

Outro problema enfrentado pelas clínicas-escola é a fila de espera. Muitas pessoas que fazem a inscrição para atendimento próprio ou do filho (a), acabam aguardando muito tempo para serem atendidas, quando a demanda por atendimento psicológico é maior do que a oferta do serviço.

Com vistas a minimizar os problemas gerados para os pacientes, quer seja pela troca de estagiários durante o tratamento, quer seja pelo tempo de espera para ser atendido, muitas faculdades têm adotado, em suas clínicas-escola, a terapia breve, cujo tempo de processo psicoterapêutico pode ser reduzido a poucas sessões, possibilitando ajustar o procedimento terapêutico ao tempo disponível do aluno em treinamento. Além disso, por ser um procedimento com um número reduzido de sessões, a fila de espera tende a diminuir, contribuindo para que o indivíduo não fique tanto tempo aguardando para se atendido<sup>3</sup>.

Para todo atendimento realizado na clínica-escola abre-se um prontuário no qual são guardados os materiais referentes ao processo psicológico do paciente. Isso significa que há, geralmente, um grande acervo de atendimentos documentados em clínicas-escola, sendo este, portanto, um local adequado para coleta de informações.

Considerando que os psicodiagnósticos realizados em clínicas-escola são sistematicamente registrados e discutidos pelos estagiários com seus supervisores, somado ao fato de que a clínica-escola possui um número considerável de avaliações psicológicas arquivadas, definiu-se como a fonte principal desta pesquisa os prontuários de psicodiagnósticos infantis elaborados e arquivados em uma clínica-escola.

---

<sup>3</sup> É importante considerar que a terapia breve é mais propriamente uma modalidade de atendimento em psicologia clínica realizada por profissionais formados. Embora permita o equacionamento das dificuldades acima citadas, talvez caibam estudos para se verificar o impacto, a longo prazo, dos resultados obtidos com os pacientes de clínicas-escola.

Para a efetivação do estudo, depois de selecionada a instituição e obtida a autorização para efetuar o levantamento de informações, procedeu-se à investigação dos prontuários arquivados; as informações obtidas foram sistematizadas com o objetivo de se investigar como a família da criança é considerada no processo de diagnose. O presente estudo adota como referência a teoria crítica da sociedade, em especial as análises dos autores da Escola de Frankfurt, teóricos que, entre outros temas, estudaram a família como mediação social (Adorno e Horkheimer, 1978; Horkheimer, 2003 e Marcuse, 1975, 1998). Tais análises mostram que há um declínio da família na sociedade do capitalismo monopolista, o que incide diretamente na redução crescente de a família exercer o papel principal na formação da criança.

O estudo, no primeiro capítulo, discute a relação entre psicologia e técnica, com ênfase sobre o aspecto instrumental da psicologia. Pretende-se mostrar que a psicologia, em sua dimensão técnica, pode contribuir tanto quanto dificultar o entendimento acerca dos problemas humanos. O psicodiagnóstico, ao considerar as relações familiares na diagnose do problema psíquico da criança, quando fixa determinada idéia de família como referencial de comparação, corre o risco de abrir mão de conhecer a família concreta em favor de uma família abstrata: promove o ajuste da família real à família ideal. Nessa medida, a psicologia reproduz a ideologia uma vez que não desvela os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a formação da família e seus problemas.

O segundo capítulo trata da família moderna, fruto das transformações sociais. Nele destacam-se a perda da autoridade paterna e o empobrecimento dos vínculos afetivos como características da família, sob a sociedade industrial. Apresenta, ainda, como os aspectos do cotidiano determinam as relações

familiares; discute-se também acerca das determinações sociais que pesam sobre a família e provocam o seu enfraquecimento na sociedade industrial.

O terceiro capítulo é dedicado à exposição da pesquisa empírica. Contém a descrição do processo de psicodiagnóstico da clínica-escola estudada, a especificação das fontes, os procedimentos da coleta das informações contidas nos prontuários, bem como a apresentação e a discussão dos resultados obtidos. Seguem-se, por fim, as considerações finais.

## 1. PSICOLOGIA E TÉCNICA

Discute-se, neste capítulo, o aspecto técnico da psicologia e a relação da técnica com a ideologia. Para isso, são considerados os estudos dos autores da Escola de Frankfurt, que refletiram sobre a ideologia no capitalismo avançado. Esses teóricos realizaram uma atualização do conceito de ideologia, mostrando como o seu caráter irracional contribui para a sustentação de uma sociedade irracional. Tal discussão é necessária para se pensar sobre a técnica do psicodiagnóstico infantil que, neste estudo, destaca o papel da família na diagnose do problema psicológico infantil.

A psicologia compõe um vasto campo de conhecimento, cuja origem está na filosofia clássica e se manteve como área de estudo filosófico até o último quartel do século XIX, quando alcançou o *status* de ciência autônoma. À época da constituição da psicologia científica, grande parte do que foi produzido nas ciências sociais, como é o caso da sociologia e da psicologia, partiu de concepções das ciências naturais, as quais Horkheimer (1980) denominou de teorias tradicionais. Essas concepções científicas fortaleceram a fragmentação do conhecimento e a cisão entre o indivíduo e sociedade: o indivíduo deveria ser compreendido pela psicologia e a sociedade pela sociologia.

Por sua vez, Adorno (1986) afirma que só é possível compreender o indivíduo em sua relação com a sociedade. Para o autor, a separação entre homem e sociedade se constitui em uma falsa consciência, considerando que a esfera psíquica não pode ser adequadamente entendida sem a dimensão social, pois a sociedade tem primazia na constituição do indivíduo.

A psicologia, caracterizada por sua diversidade de objetos e métodos, à medida que é fundamentada na divisão entre indivíduo e sociedade, atribui ao primeiro todas as responsabilidades pelas mazelas vividas em um sistema social que requer, a todo instante, a integração incondicional dos homens à sua estrutura e organização. As técnicas desenvolvidas por essa psicologia contribuem para o ajustamento do indivíduo à sociedade, sem questionar, contudo, os custos e o sofrimento psíquico que incidem sobre a vida pessoal. Adorno (1986) já apontava para a utilização da psicologia com o objetivo de devolver ao sistema produtivo, o mais rápido possível, o indivíduo que, desajustado psicologicamente, compromete o adequado funcionamento da totalidade do sistema. O sistema social, mesmo quando admitido como fonte de sofrimento dos homens, não é considerado como alvo de mudanças, pois, além de a ideologia conceber a realidade, tal como é percebida, como um fato natural e imutável, informa que não seria papel da psicologia atuar a favor das transformações que privilegiam a formação do indivíduo.

Cabe destacar que Horkheimer e Adorno (1978) mostram que as mudanças ocorridas na sociedade implicaram também em transformação da ideologia. Esses autores afirmam que a ideologia da sociedade atual não se ocupa de ocultar a realidade, antes, apresenta-se como a expressão da própria realidade e com esta se confunde. Essa ideologia limita a reflexão e faz com que as contradições inerentes ao capitalismo sejam compreendidas como algo existente nos indivíduos e não como condições objetivas, historicamente impostas a eles.

Crochík (2005), ao discutir os efeitos da mediação ideológica na compreensão da realidade, afirma:

A realidade tal como pode ser captada é tida como o referente último, sem se perguntar pela sua gênese e potencialidades de transformação; ela é tornada natural e convertida em eterna; disso resulta um hiper-realismo que se alia com a busca pragmática dos resultados, e a percepção imediata passa a se destacar da realidade como a sua verdade. A ênfase na competência e, portanto, na solução dos problemas imediatos, passa a ser a tônica para a adaptação ao mundo atual. (p. 16 )

Quando a realidade é assim tratada, cabe à psicologia elaborar técnicas de intervenção sobre os comportamentos para que os indivíduos se conformem da maneira mais confortável possível, custando-lhes a consciência e a autonomia. O fato é que se a fonte de sofrimento continua existindo, a tensão do indivíduo com a sociedade se mantém e, portanto, é mantido o seu sofrimento. Isso dá um caráter ilusório para a aplicação da psicologia à redução ou eliminação do sofrimento e reafirma sua função mantenedora do sistema opressor.

Os saberes desenvolvidos pela psicologia são consoantes à sociedade e as diversas teorias refletem as relações sociais. Considerando-se a importância cada vez maior da tecnologia para o sistema social vigente, pode-se pensar sobre a ênfase dada pelo ensino da psicologia ao saber técnico.

No que diz respeito à formação do psicólogo, pode-se afirmar que, na ausência de crítica às teorias e técnicas elaboradas sem se considerar as condições históricas e sociais na determinação do problema psicológico, o aluno é formado para o tecnicismo da psicologia, concentrando-se mais na aplicação de técnicas do que no desenvolvimento do conhecimento crítico teórico, mediado pela técnica. A

técnica é aprendida como um fim e não como um meio, assume a condição de um fetiche capaz de revelar o que se encontra no âmago do sujeito.

A sociedade atual encontra-se em pleno progresso, cujo objetivo primeiro não é o de atender às necessidades humanas, pois visa antes atender às exigências do próprio sistema. A tecnologia impulsionadora do progresso não trouxe a realização dos ideários de liberdade e justiça, visto que acabou por ter um fim em si mesma; não objetivou a emancipação do homem, mas a perpetuação e aperfeiçoamento do sistema social vigente. A confecção e o uso de técnicas psicológicas, quando realizado sem crítica, podem se constituir na mesma lógica de um desenvolvimento tecnológico a serviço do acúmulo de capital em detrimento do ser humano.

A teoria crítica mostrou que a tecnologia se transformou em ideologia, que ultrapassa o universo industrial no qual foi criada, e se deslocou para outras dimensões sociais, tornando, inclusive, técnicas as relações entre os homens:

A ciência e a tecnologia são a base do desenvolvimento industrial e ultrapassam essa órbita direcionando-se para as esferas sociais. As relações humanas tornam-se relações técnicas, relações entre coisas. Se essa reificação já era enfatizada por Marx (1984) no século passado como decorrência do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias, a tecnificação do cotidiano amplia a coisificação humana (Crochík, 1998, p. 56)

O fetichismo resultante do processo de produção da mercadoria, evidenciado por Marx, ao estender-se para outras esferas das relações sociais, pode redundar em um pensar e agir técnicos, dispensando a reflexão sobre como

os problemas se constituem em sociedade. Na sociedade moderna o pensamento tende a ser negligenciado (Adorno e Horkheimer, 1997), criando a noção de que a solução dos problemas está no uso da ferramenta certa e adequada para determinada finalidade. A idéia mantenedora dessa prática é que um método bem aplicado servirá para o fim a que se destina, não importando a maneira como foi constituído e nem a serviço de quem foi elaborado. O pensamento vai sendo gradativamente desqualificado e o compromisso com a verdade perde o sentido diante de uma lógica para a qual o importante é a forma do fazer, a técnica correta a ser aplicada. Os homens se preocupam cada vez menos com a verdade, atribuindo um valor excedente à prática instrumentalizada em detrimento da reflexão (Horkheimer e Adorno, 1997).

A ideologia da racionalidade tecnológica atua para a manutenção da concepção burguesa de indivíduo, como se este fosse constituído independente das condições históricas e sociais. Além disso, sustenta a idéia da técnica ser reconhecida, senão como a única forma possível, a mais confiável na solução dos problemas, ainda que a racionalidade não consiga dar conta de outras tantas questões envolvendo a humanidade, tais como os conflitos entre os homens (Crochík, 1998), reafirmando o caráter irracional da ideologia. A esse propósito, Adorno (1995) afirma que:

[...] na relação atual com a técnica, há algo excessivo, irracional, patógeno. Esse algo está relacionado com o véu tecnológico. As pessoas tendem a tomar a técnica pela coisa mesma, a considerá-la um fim em si, uma força com vida própria, esquecendo, porém, que ela é o prolongamento do braço humano. (p. 118)

Sob a égide da sociedade industrial, a psicologia se firma como ciência, cuja apropriação de métodos pelo capitalismo procura identificar no indivíduo as dificuldades na integração social, elaborando técnicas de ajustamento do comportamento com o objetivo de garantir a harmonia do todo. Isso mostra o aspecto ideológico do positivismo científico. A ordem social que o produz é considerada como imutável e a adaptação ao sistema como a única possibilidade de sobrevivência.

Daí, a psicologia, ao ser aplicada às mudanças de comportamentos e hábitos do homem, sem a devida crítica, pode aliar-se a interesses ideológicos e transformar-se em instrumento de dominação. O pensamento matematizado (Horkheimer e Adorno, 1997) transforma as intervenções do profissional em ações definidas de antemão, cuja previsão dos resultados garante a manutenção da técnica aplicada. A inverdade situa-se no fato do processo ser decidido de antemão (Horkheimer e Adorno, 1997). Como, para a lógica formal a contradição não existe na realidade, mas apenas no campo das idéias, o pensamento reflexivo é abandonado paulatinamente, emergindo assim a primazia do pensamento instrumental, fazendo deste um fetiche.

No que concerne ao psicodiagnóstico infantil, trata-se de um importante instrumento utilizado em psicologia clínica para o encaminhamento da criança ao devido tratamento psicológico. É um procedimento técnico constituído de modelos de comparação para mensurar o desvio do padrão de normalidade, na medida em que é “um processo que visa identificar forças e fraquezas no funcionamento psicológico, com um foco na existência ou não de psicopatologia.” (Cunha, 2003, p. 23). Ao incluir a família na diagnose da dificuldade psicológica da criança, o psicodiagnóstico toma como base aquilo que

é esperado em uma relação familiar para bom desenvolvimento infantil, uma vez que “[...] deve partir de um levantamento prévio de hipóteses que serão confirmadas ou infirmadas através de passos predeterminados e com objetivos precisos”. (Cunha, 2003, p. 26). Atendendo aos objetivos para os quais foi criado, o psicodiagnóstico indica, em seus resultados, os desvios ocorridos nas relações familiares – constatados pela comparação das condutas individuais com as normas –, que culminaram na geração e/ou manutenção do problema psicológico apresentado pela criança.

Contudo, deve-se considerar que a família, assim como o indivíduo, é mediada socialmente e, na ausência dessa consideração, ela é vista como algo que se forma na sociedade de maneira autônoma e natural. Contribui para essa visão as teorias psicológicas que desconsideram a constituição psíquica como o resultado não só da história individual, mas também, da história da própria cultura na qual vivem o indivíduo e sua família.

Em que pese o fato de que a psicoterapia pode promover a adaptação do indivíduo à sociedade, (Adorno, 1986), não se pode negar que, em determinadas situações, a adaptação, ao desfazer a tensão vivida pelo indivíduo permite o alívio do sofrimento psíquico e até mesmo garante a integridade física da pessoa. O que se questiona é o uso instrumental da psicologia como um fim em si mesmo, como pode ocorrer por meio do psicodiagnóstico. Este ao mesmo tempo em que permite uma compreensão mais precisa sobre os problemas apresentados pela criança, mantém intocados os elementos sociais que fazem com que as relações entre os homens causem sofrimentos. O entendimento dos problemas com base na compreensão das dificuldades relacionais vividas pela criança acaba sendo

utilizado para a indicação de um reforço egóico (a psicoterapia) a fim de que ela supere essas dificuldades. A estrutura social permanece intacta.

No mesmo sentido, os estudos de Faria (2000) acerca das concepções de indivíduo presentes nos atendimentos realizados por estagiários de psicologia em clínicas-escola, mostram que, em sua maioria, os estagiários tendem a considerar o indivíduo como uma mônada. A partir dessa consideração, o autor efetuou as seguintes interpretações dos conteúdos dos prontuários por ele analisados:

[...] nega-se o caráter repressor imposto pela cultura e centraliza-se a causa dos sofrimentos na inadaptabilidade do indivíduo, colocando-o como causa de si mesmo.

As antinomias são desconsideradas pelos estagiários e as interpretações dadas por eles aos sofrimentos dos clientes por eles atendidos são remetidas à subjetividade, como se a construção da subjetividade não fosse mediada pelos valores, crenças e normas sociais. (Faria, 2000, p. 194).

O autor assevera que, ao desconsiderar as antinomias presentes na sociedade, o indivíduo passa a ser visto como o único responsável por suas mazelas, independente das condições objetivas impostas pelo sistema, ou seja, das amarras das repressões sociais. Desse modo fomenta-se a ilusão de que o indivíduo por si só, ajudado pela psicoterapia, é capaz de conquistar sua felicidade:

As interpretações dos estagiários que remeteram a uma compreensão de indivíduo como uma mônada, em sua maioria, apresentam a sociedade – representada nas narrativas da vida cotidiana – como mero

cenário, no qual o indivíduo se faz existir. Em outras palavras, a constituição da subjetividade, na sua relação com o mundo objetivo, dar-se-ia através dos sentidos que o indivíduo, por ele mesmo, atribuiria às experiências que vive no mundo objetivo. (Faria, 2000, p. 178)

Esse entendimento, sem dúvida, repercute na formação que é proporcionada ao psicólogo, bem como repercutirá em seu exercício profissional.

Uma vez que a compreensão do indivíduo é deformada, caso não se considere a sociedade, assim como também a sociedade não é adequadamente entendida sem a análise do homem (Adorno, 1986), pode-se entender que a psicanálise, dentre as diversas teorias constitutivas da ciência da psicologia, fornece importante referencial teórico na formação do psicólogo. É uma teoria que mostra seu potencial crítico ao destacar a importância da sociedade na constituição psicológica. Uma vez que a vida civilizada promove a repressão, mas não a supressão dos impulsos, a psicanálise permite constatar que o homem permanece em constante conflito com a cultura. O indivíduo, constituindo-se nesse conflito, tem em seu psiquismo a reposição das contradições inerentes à sociedade em que vive. Contudo, ainda que apresente bases teóricas para uma compreensão crítica do homem na relação de tensão que ele mantém com a sociedade, a psicanálise pode adquirir um aspecto essencialmente adaptativo, contribuindo mais para a reprodução do sistema do que para a emancipação do indivíduo (Adorno, 1986; Marcuse, 1998).

As teorias discutidas no decorrer do curso de psicologia, que desconsideram as determinações sociais da formação familiar, não permitem uma avaliação mais profunda sobre os dilemas enfrentados pelos componentes da

família, dilemas estes que têm sua origem na própria sociedade. Verifica-se um círculo que se fecha em torno dos autores da psicologia que desenvolveram tais teorias, dos professores que ensinam essas teorias tal qual foram concebidas e dos alunos, comungando a idéia de uma determinada representação de família. O rompimento desse círculo pode ocorrer pelo processo de ensino e aprendizagem, no qual o professor, valendo-se do pensamento crítico, discute as contradições de tais teorias, não se limitando a simplesmente descrever o que foi proposto pelos autores. Isso pode ser feito, por exemplo, mostrando os limites da psicanálise ou das teorias de desenvolvimento, que se restringem à formação do indivíduo no seio de uma família ideal, cuja estrutura e organização devem se dar independente da sociedade. Esse procedimento garante a apreensão do conhecimento teórico então desenvolvido e abre caminhos para o pensamento crítico, assim como para o cuidado do futuro psicólogo, no transcorrer de sua vida profissional, ao proceder sua prática fundamentada em tais conhecimentos. Na ausência de uma orientação teórica crítica, o aluno é formado para o tecnicismo da psicologia, quando esta se concentra mais na aplicação de técnicas do que no desenvolvimento do conhecimento crítico teórico (Gomide, 2000). Assim, não são negadas as teorias, mas circunscritas à conjuntura em que foram produzidas.

No tocante à prática do psicodiagnóstico, é de grande importância que o aluno de psicologia seja preparado, na universidade, para a compreensão dos fatores que determinam as estruturas e relações familiares que podem gerar os problemas apresentados pelas famílias. A crítica deve ser imanente à ação profissional. Parece necessário refletir sobre o fato de que os profissionais, por vezes, não se dão conta de que suas práticas podem colaborar na perpetuação dos valores que mantêm a ideologia dominante, contribuindo com as

circunstâncias impeditivas da liberdade humana, geradoras do sofrimento psíquico.

## 2. FAMÍLIA

Estudos sobre a família apresentam formas distintas de estruturas desse agrupamento social. Eles entram em contraste com a idéia tradicional de que a família moderna, nuclear, monogâmica e patriarcal, sempre existiu. A família surge como uma relação natural e espontânea, historicamente vai se diferenciando até chegar à monogamia, criando a esfera das relações privadas, conforme afirmam Horkheimer e Adorno (1978):

Na História, a família apresenta-se primeiro como uma relação espontânea e natural que, depois, vai se diferenciando até chegar à moderna monogamia e, em virtude desse processo de diferenciação, cria uma área distinta, que é a das relações privadas. (p. 133)

Autores como Morgan (1976) e, mais tarde, Engels (1976), admitiram que o estado primordial da família se caracterizou pela promiscuidade, evoluindo para o matriarcado até chegar ao patriarcado. Ainda que, dado o cunho evolucionista das idéias desses autores sobre as transformações da família, antropólogos que os sucederam tenham refutado suas teorias, Morgan e Engels contribuíram significativamente para se pensar a família não mais como uma entidade natural, mas incluída na dinâmica histórica: “Com esta concepção, o casamento e a família, arrancados à hipóstase da entidade natural, passaram a inserir-se na dinâmica histórica”. (Horkheimer e Adorno, 1978, p. 135).

Na sociedade capitalista, a família deve contribuir para a constituição de homens seguidores das regras e das normas, que os tornam indivíduos adaptados a um sistema que necessita tanto da força do trabalho, quanto da relação de

dominação para sua manutenção. Para manter a lógica da dominação, a força de trabalho deve se situar fora da esfera do poder decisório e compor a massa de pessoas que acatam as decisões e as obedecem. Em seu estudo sobre autoridade e família, Horkheimer (2003, p. 223) afirma que “[...] o impulso de submissão não é uma grandeza eterna, mas um fenômeno originado essencialmente na família unicelular burguesa”. Colabora para isso a exclusividade do amor paterno e materno, próprios do modelo da família burguesa, que transforma o afeto e proteção em recompensa pelo comportamento obediente, condição necessária para a perpetuação da sociedade hodierna, que tem na satisfação do outro a garantia da autoconservação (Horkheimer e Adorno, 1978).

A intimidade familiar, que torna possível um aprofundamento dos laços afetivos entre as pessoas, é de origem social. Na fase do capitalismo de concorrência a intimidade na família contribuía para a constituição de indivíduos prontos não só para aceitarem, mas também desejarem a obediência (Horkheimer e Adorno, 1978). Isso ocorreu quando a criança, no contexto da intimidade, passou a ser criada em um ambiente de medo da perda do amor exclusivo dos pais, aprendendo que a obediência garantia a recompensa de ser amado. Essa obediência se manifestava na incapacidade de aceitar possibilidades diferentes de vida, além daquela imposta pelo sistema social vigente.

Observa-se que a repressão familiar se dissipa em face das transformações sociais: a autoconservação não mais depende exclusivamente do que o pai pode transferir para o filho nos aspectos do conhecimento, financeiro e afetivo/emocional. A sociedade moderna permite a alguns a emancipação econômica em relação à família, já que inúmeras instituições oferecem conhecimento, informação e preparação para atividades profissionais nas diversas

camadas sociais, seja no treinamento da mão-de-obra qualificada, seja na preparação daqueles que vão comandar ou administrar os meios produtivos e o próprio sistema<sup>4</sup>.

A autoridade do pai não é mais absoluta, podendo ser questionada, criticada e até mesmo negada com mais vigor que no passado: o pai, cada vez mais, deixa de ser o único provedor financeiro da família; seu saber perde a eficácia nas soluções dos problemas vividos pelos filhos.

Se a princípio o declínio do poder paterno remete à idéia de uma igualdade nas relações familiares, os autores da teoria crítica mostram que, embora os aspectos repressivos da família venham se desfazendo, eles não são necessariamente substituídos por formas menos autoritárias ou livres. Horkheimer e Adorno (1978) afirmam:

A efetiva debilidade do pai na sociedade, que tem sua origem na redução da esfera da concorrência e da livre iniciativa, penetra assim até as células mais profundas do equilíbrio psíquico-moral: a criança já não pode mais identificar-se totalmente com o pai, não pode fazer a interiorização das exigências impostas pela família que, apesar de seus aspectos repressivos, contribuía de uma forma decisiva para a formação do indivíduo autônomo. (p.144).

A dominação presente na sociedade tem na repressão a garantia da manutenção da estrutura e ordenamento sociais. Os impulsos devem ser

---

<sup>4</sup> É claro que essa possibilidade de emancipação transforma-se no adestramento obrigatório para a autoconservação, que, afinal é importante para a manutenção do sistema, pois esse treinamento garante, dentre outras coisas, a perpetuação da produção, necessária ao funcionamento da sociedade capitalista, atendendo ao domínio da racionalidade tecnológica e da circulação de mercadorias. Além disso, é importante salientar que essa pretensa emancipação não é conseguida por todos, sendo que se observa que muitos jovens permanecem morando na casa de seus pais por muito tempo.

reprimidos em favor da progressiva socialização. A família ainda arca com a responsabilidade social para que essa repressão se realize desde a mais tenra idade da criança, que é modelada de acordo com aquilo que a cultura permite ou exige (Horkheimer e Adorno, 1978). Paradoxalmente, na sociedade industrial, essa situação causa na família um antagonismo: por um lado, a família contribui para a reprodução da ideologia dominante, fazendo com que a criança introjete os valores e crenças sociais, que lhe garantirão seu lugar na sociedade; por outro, tem menor capacidade de exercer influência sobre a aprendizagem e educação dos filhos (Horkheimer e Adorno, 1978).

Os autores mostram ainda que esse antagonismo é próprio da atual sociedade, pois a autoridade da família foi enfraquecida em virtude dos novos meios de socialização. Ocorre que na sociedade atual, a autoridade ainda se faz necessária. Então, o pai é substituído por outras formas de autoridade, como afirmam Horkheimer e Adorno (1978):

O pai é, inclusive, substituído por poderes coletivos, como a classe escolar, o “team” esportivo, o clube e, por último, o Estado. Os jovens manifestam a tendência a submeter-se a qualquer autoridade, seja qual for seu conteúdo, desde que ela ofereça proteção, satisfação narcisista, vantagens materiais e a possibilidade de descarregar sobre outros o sadismo, em que a desorientação inconsciente e o desespero encontram uma cobertura. (p. 145)

Horkheimer e Adorno (1978) mostram que no capitalismo monopolista, "a crise da família é a crise da desintegração da humanidade". (p. 141). Os homens, embora cercados de outras pessoas, se encontram cada vez mais solitários,

transformados em átomos sociais (Horkheimer e Adorno, 1978). No entanto, estão amalgamados em uma grande massa, cujo líder é o próprio aparato social (Marcuse, 1998). Por estar intrinsecamente ligada à sociedade, a família tem a mesma atomização em seus componentes, com as relações de trocas passando também a mediar os relacionamentos familiares.

O empobrecimento dos vínculos afetivos faz com que o indivíduo se torne mais interiorizado, trancado em si mesmo. A ideologia produz a ilusão de que a sociedade provê aquilo que o indivíduo necessita para se tornar feliz. A indústria cultural propaga essa ideologia, fornecendo produtos que prometem atender aos desejos narcisistas. A família cumpre com sua função de reprodutora ideológica na medida em que essas idéias são transmitidas à criança mediante a importância dada pela família aos produtos da indústria cultural. Ressalta-se aqui o caráter de formação que a família mantém, pois ainda que esteja cada vez mais fragilizada no que diz respeito à sua capacidade mediadora entre a criança e a sociedade, mostra sua influência na constituição do indivíduo, mesmo que seja concedendo maior poder à socialização direta.

Refletir sobre as determinações sociais que pesam sobre a família não significa negar a participação das relações familiares na constituição das dificuldades enfrentadas pela criança, mas considerar que os conflitos vividos pelos indivíduos em suas famílias, desencadeadores de sofrimento psíquico, não podem ser delegados exclusivamente por uma relação familiar inadequada e geradora de problemas. Seguindo esse pensamento, Berenstein (2002), afirma que o termo “situações familiares” é mais adequado do que “problemas familiares” e destaca três áreas de situações familiares: as que são resultado da própria relação familiar (separação, morte de um dos pais, decisão acerca de ter ou não ter filhos,

entre outros); situações familiares provenientes do mundo social (guerras, migrações, falta de trabalho, entre outros) e situações familiares provenientes das variações do mundo interno dos indivíduos, as quais acarretarão efeitos nos vínculos familiares. Os conflitos vividos pelas pessoas em suas relações familiares extrapolam a órbita da própria família. Por isso, devem ser interpretados com base em uma visão ampliada, que contemple o contexto social e histórico, abarcando os níveis do indivíduo, da família e da sociedade.

Por meio do psicodiagnóstico é possível se investigar as relações familiares implicadas no surgimento e manutenção de problemas psíquicos na criança. Para isso, a delimitação da família orienta a interpretação do psicólogo quanto aos vínculos estabelecidos entre os membros familiares. Contudo, adotar um modelo orientador de família com base em uma linha demarcatória, que traça rigidamente onde começa e termina a família, separando-a das relações sociais, cria uma representação familiar abstrata, cujos problemas vividos estariam circunscritos às relações vividas pelos indivíduos no interior da divisa, desconsiderando-se as determinações sociais, mediadoras das relações familiares.

Admite-se a dificuldade de se reconhecer, com precisão, as fronteiras que delimitam uma família. Essa situação pode gerar no psicólogo certo desconforto, uma vez que na ausência de um modelo orientador, as variáveis para o entendimento dos problemas apresentados pelos indivíduos em suas famílias ganham maiores proporções, acarretando uma maior insegurança no profissional, no momento em que a compreensão sobre a família da criança atendida se fizer necessária para sua ação prática.

Mesmo levando-se em conta a dificuldade acima, deve-se considerar que o entendimento das dificuldades familiares feito a partir de um determinado

modelo de família ofusca a realidade concreta vivida pelas famílias no contexto de um sistema social que busca reificar continuamente as relações, transformando as pessoas em coisas e as submetendo à lógica de trocas, própria do capitalismo. A crise da família deve ser relacionada à crise da sociedade (Horkheimer e Adorno, 1978). Quando, ao se deparar com problemas vividos nas famílias, surgirem propostas baseadas na homeostase ou na negociação de conflitos, será reposta, exclusivamente no indivíduo ou na família, a responsabilidade pelos problemas, como se estes – o indivíduo e a família – não estivessem em profunda relação com a sociedade.

Poster (1979), analisando a dificuldade de se estabelecer as fronteiras que delimitam a família, afirma que “A definição da estrutura da família deve ser suficientemente rigorosa para tornar uma família inteligível como padrão definido de associação humana. Tem que haver fronteiras claramente traçadas na teoria que delimitem o que é e o que não é parte da estrutura da família” (p. 160).

O autor propõe uma teoria crítica para o entendimento da família, apontando limitações de diversos autores que a estudaram trazendo uma significativa contribuição para a compreensão da família moderna, descrevendo sua formação histórica a partir de quatro modelos: “[...] a família burguesa de meados do século XIX, a família aristocrática dos séculos XVI e XVII, a família camponesa dos séculos XVI e XVII e a família da classe trabalhadora do início da revolução industrial” (1979, p. 185).

Poster (1979) argumenta ainda que a família moderna tem suas raízes na burguesia européia, em meados do século XVIII. Para o autor, a família burguesa possuía um nítido contraste com a família da aristocracia e a dos camponeses. A família burguesa, explica, se origina na Europa do século XVIII, modificando as

formas de estrutura e relações familiares da época, a saber: da família aristocrática, proprietária das terras e que habitava os castelos e da família camponesa, cujos componentes eram os trabalhadores de terras de propriedade dos nobres. Tanto a família aristocrática quanto a família camponesa viviam em comunidade, cada qual dentro de suas condições econômicas, de tal forma que a privacidade não era um elemento considerado com tanta importância. Criando novas formas de relações familiares, a família burguesa caracterizava-se por se fechar em si mesma, marcando a separação entre a residência e o local de trabalho, entre a vida pública e a vida privada. Com isso, novos padrões de higiene foram constituídos, diminuindo-se assim a mortalidade e a natalidade infantil. Começa a existir um envolvimento emocional na amamentação; os hábitos alimentares foram controlados rigorosamente. Havia uma vigorosa repressão à sexualidade infantil e se desenvolve uma total dependência dos filhos em relação aos pais. Surge, assim, a esfera da vida privada, na qual o afeto dos pais em relação à criança estava condicionado à obediência dos filhos.

Com as transformações sociais ocorridas a partir da Revolução Industrial surge, na classe trabalhadora, uma nova forma de família, que se organizava em torno das exigências impostas aos trabalhadores. Estes tinham sua sobrevivência condicionada às novas formas de trabalho. Sua constituição se deu no início do século XIX, com a industrialização sob condições de sofrimento social e econômico por parte do operariado. Todos trabalhavam, inclusive as crianças. As condições sanitárias eram precárias e havia um alto índice de mortalidade infantil. As famílias dos trabalhadores residiam umas próximas às outras, no entorno da fábrica, preservando o espírito da vida em comunidade.

Nos estágios iniciais da Revolução Industrial, a família da classe trabalhadora possuía características peculiares em relação à família de seus patrões, os burgueses, mas com o passar do tempo isso foi se modificando. Na segunda metade do século XIX, em virtude dos movimentos operários por melhores condições de trabalho, ocorreram certas melhorias nas circunstâncias da vida dos trabalhadores, aproximando a família proletária dos padrões burgueses de família, observando-se, inclusive, a diferenciação de papéis sexuais: a mulher ficava mais tempo com os filhos enquanto os homens trabalhavam nas fábricas. No século XX, com a mudança das fábricas para lugares que melhor lhes conviessem, a família operária, perseguindo os postos de trabalho, é empurrada para os subúrbios, rompendo os vínculos com a comunidade que até então se formava no entorno das antigas fábricas, absorvendo a característica de isolamento da família burguesa. Ao mesmo tempo, com o advento dos monopólios, boa parte da burguesia foi perdendo o controle de suas propriedades, o que obrigou os antigos burgueses a procurarem trabalho assalariado nas grandes empresas que se formavam. Boa parte da antiga família burguesa, em virtude da queda do poder econômico, estaria agora se assemelhando à família da classe trabalhadora. Percebe-se, então, a fusão histórica das formas de família, resultando em uma nova constituição familiar:

Desse modo, na conjuntura atual, a família apresenta uma mistura de elementos históricos. Essa história condensada da família européia sugere por que os quatro modelos são necessários à compreensão da família moderna. (Poster, 1979, pp. 185 e 186)

Guardados os méritos de Poster quanto ao entendimento da formação da família na atual sociedade, algumas críticas à sua teoria se fazem necessárias. Na tentativa de delimitar a estrutura familiar, o autor afirma que a família se caracteriza como sendo “[...] o lugar onde se forma a estrutura psíquica e onde a experiência se caracteriza, em primeiro lugar, por padrões emocionais” (Poster, 1979). Cabe pensar como ficaria a formação psíquica de um indivíduo criado sem família, como é o caso de crianças que vivem em instituições de abrigo desde o nascimento. Além disso, a maneira como Poster dá prioridade ao nível psicológico, conferindo ao cotidiano uma importância secundária, leva ao risco de perder a dialética no entendimento da família, como se pode observar, ao final de suas reflexões sobre os elementos para uma teoria crítica da família, quando afirma que seu estudo apresentou:

[...] as linhas gerais de uma teoria crítica da família em que a análise se desenvolve em três níveis. No primeiro nível, a família foi concebida como uma estrutura psicológica. Esse nível definiu a família e indicou que contribuição o estudo da família pode dar para a ciência social. O segundo e o terceiro níveis, os da vida cotidiana e das relações com a sociedade, foram conceptualizados como suplementares do primeiro. (Poster, 1979, p. 182)

Considerar o cotidiano e as relações com a sociedade como aspectos suplementares à estrutura psicológica da família constitui-se em um equívoco, pois a família não só depende da realidade social, mas é socialmente mediatizada em sua estrutura mais íntima (Horkheimer e Adorno, 1978).

No trabalho de Gomes (1995) fica clara a maneira como os vínculos existentes entre as pessoas componentes das famílias podem ser transformados

pelo cotidiano e pelas relações sociais. A autora estudou famílias de baixa renda, refletindo sobre as condições de vida enfrentadas por essas pessoas, destacando a luta pela sobrevivência que os indivíduos das camadas populares têm de travar, o que lhes exige verdadeiras estratégias de sobrevivência, as quais irão determinar a própria vinculação entre seus membros. Descreve a situação de famílias migrantes, moradoras de uma determinada vila na periferia de São Paulo, cujas mulheres necessitam deixar seus filhos sob os cuidados de outrem, enquanto trabalham fora. Em gerações passadas nessa mesma vila, as crianças eram deixadas com uma avó, tia ou comadre, para que fossem cuidadas, dentro do espírito solidário que marcava os vínculos entre essas pessoas. Com o tempo, em decorrência do aumento do número de mulheres que trabalham fora, surgiu uma nova atividade informal: a mulher paga para cuidar de crianças. Ela pode ser tanto uma vizinha, quanto um parente, uma avó, uma irmã, mas que agora irá receber uma quantia em dinheiro para cuidar do afilhado, neto ou sobrinho. Para Gomes (1995) essa situação, impensável em épocas anteriores, altera as relações familiares e de vizinhança, cujos vínculos sempre foram fortes nessa camada da população.

As experiências vividas pelas pessoas, que determinam as relações afetivas, também podem ser observadas no estudo sobre circulação de crianças, realizado por Fonseca (2002), que afirma que as emoções e percepções de um indivíduo são constituídas dentro de circunstâncias concretas, sendo, portanto, consideradas como variáveis sociais e históricas, não como constantes. A autora descreve o caso de uma menina que dizia possuir três mães: a que gerou, a que amamentou e a que a criou. O caso foi explicado da seguinte maneira: por ocasião de uma viagem, a genitora deixou a criança (que à época contava com

seis dias) sob os cuidados de uma mulher, a princípio por alguns dias, mas, à medida que passou o tempo, a criança ficou permanentemente com essa cuidadora. Uma terceira mulher, irmã daquela que estava cuidando da criança, encontrava-se amamentando o filho e ofereceu-se para também amamentar a menina, já que a mãe biológica da criança não tinha leite materno. Nessas condições, afirma a autora, o cuidar da criança não se limitou à mãe biológica ou ao casal de pais, mas foi estendido por uma rede de adultos, constituída por pessoas de fora dos laços de parentalidade. Dessa forma, pode-se observar os vínculos afetivos se estabelecendo a partir de uma situação concreta de vida, mostrando as circunstâncias sociais como decisivas no estabelecimento dessas relações afetivas.

As condições sociais mostram ainda mais sua influência, promovendo a expansão dos limites e interferindo na constituição das relações familiares, como se pode ver em Mello (1995), quando descreve seu trabalho com famílias de moradores (de baixa renda) de um bairro da periferia de São Paulo. A autora apresenta a especificidade das organizações familiares que se agrupam de acordo com as necessidades impostas pela realidade vivida. Mello (1995) argumenta que, contrariamente ao que se afirma acerca das camadas populares, há uma importância nada desprezível no que diz respeito aos laços familiares. Denomina de aglomerados familiares o conjunto não só de pessoas de mesmo laço sanguíneo, mas também do conjunto de famílias nucleares e outras pessoas, parentes ou não, que compartilhem do mesmo espaço de moradia e que contribuam com o apoio mútuo nos momentos de necessidade. O estudo mostra que existem situações em que toda a vizinhança socorre os mais necessitados:

“Eu diria que o bairro favorece a criação de uma rede de sustentação mútua para os momentos de necessidade aguda” (Mello, 1995, p. 54).

Com isso, a autora (1995) destaca o risco de interpretar as famílias e seus problemas a partir de modelos normativos, que apontam os padrões utilizados para medir os desvios de tais modelos. Ela já havia mostrado nesse mesmo texto a visão que se tem da patologia social radicada na pobreza. As famílias que não conduzem seus componentes de maneira ordeira e obediente seriam as responsáveis pelas mazelas da sociedade:

De modo muito claro, a família é declarada incompetente. Seus membros adultos são desqualificados culturalmente. Suas funções essenciais de socialização são responsáveis pela geração de ‘personalidades deformadas’, ou seja, inaceitáveis, capazes de cometer as mais bárbaras atrocidades. (Mello, 1995, p. 52).

A família pobre acaba, por condições objetivas alheias à sua vontade, afastando-se de um modelo idealizado de família e recebendo o rótulo de “desorganizada”. Essa “desorganização” é apontada pela sociedade como a causa de problemas sociais, tais como: “[...] fonte de violência, de abandono de crianças, e da marginalidade de jovens, ou seja, a família é responsável pelo que aparece como fracasso moral de seus membros” (Mello, 1995, p. 57).

Ora, é contraditório pensar em uma organização familiar independente do contexto social em que vivem seus membros. A família se constitui em meio às adversidades sociais; os conflitos vividos no ambiente familiar reproduzem os vividos em sociedade: “Com efeito, se a família está indissolúvelmente ligada à sociedade, o seu destino dependerá do processo social e não da sua própria

essência como forma social auto-suficiente” (Horkheimer e Adorno, 1978, p. 1461-47).

Não obstante, a família pode ser um lugar de crescimento, de trocas afetivas, que não necessariamente redundam no aprisionamento do indivíduo. Representa um lugar de refúgio no momento em que se intensifica o desequilíbrio entre o indivíduo e as forças totalitárias da sociedade (Horkheimer e Adorno, 1978). Na família, as emoções podem ser manifestadas sem os subterfúgios necessários na manutenção das aparências, que garantem as relações sociais fora da família, mostrando seu caráter de resistência a uma sociedade totalitária.

Considerando a importância da família na formação psíquica da maior parte dos indivíduos (Horkheimer, 2003) é certo admitir que a família está ligada, em grande parte, aos problemas psíquicos apresentados pelas crianças. Seguindo esta linha de raciocínio, o psicodiagnóstico infantil pode mostrar seu potencial crítico quando, ao identificar tal ligação, fornece elementos importantes para se pensar a atual sociedade, que impede uma organização familiar constituída de indivíduos autônomos, como concluem os autores da teoria crítica:

É ilusório pensar que se possa realizar uma família de pares e iguais numa sociedade em que a humanidade não é autônoma e na qual os direitos humanos ainda não tenham sido realizados numa medida mais concreta do que a atual. É impossível manter a função protetora da família e eliminar o seu aspecto de instituição disciplinar, enquanto tiver que proteger os seus membros de um mundo em que é inerente a pressão social, mediata ou imediata, e que, necessariamente, terá de transmiti-la a todas as suas instituições. (Horkheimer e Adorno, 1978, p. 147)

O potencial crítico do psicodiagnóstico deve ser provocado, refletindo-se sobre os seus resultados quando tratam os problemas psicológicos infantis como sintomas gerados no interior de sua família, como se esta fosse um agrupamento isolado da sociedade. Nessa medida, o próximo capítulo se ocupa em analisar e discutir os resultados de psicodiagnósticos infantis (que incluem a família na interpretação do problema apresentado pela criança) realizados por estagiários de psicologia em uma clínica-escola.

### **3. A FAMÍLIA NOS PSICODIAGNÓSTICOS**

Com o intuito de responder à pergunta da pesquisa, qual seja: ao incluir a família na diagnose do problema psicológico infantil, em que medida é considerada, pelo psicodiagnóstico, a mediação social da formação familiar da criança que manifesta problemas e dificuldades psicológicas? – optou-se por analisar, conforme foi mencionado na introdução, como fonte de informação primária, os prontuários de crianças submetidas ao procedimento de psicodiagnóstico em uma clínica-escola do curso de psicologia de uma universidade localizada na cidade de São Paulo. A escolha da referida instituição foi decidida em virtude da aceitação institucional da proposta de investigação.

O projeto de pesquisa foi apresentado ao responsável pela universidade escolhida, a fim de obter a autorização para proceder a coleta das informações, que foi prontamente concedida. Foram entregues a Carta de Informação à Instituição e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foram assinados pela pessoa responsável da Instituição.

Definiu-se, com a professora responsável pela unidade onde se encontram arquivados os prontuários, os dias e horários para a coleta das informações contidas nos prontuários. Tal procedimento ocorreu sempre na dependência da citada unidade.

A seguir, é apresentado o procedimento para a realização do psicodiagnóstico pela clínica-escola selecionada, assim como as etapas da pesquisa, contemplando-se o processo de arquivamento e conteúdo dos prontuários e os critérios de seleção do material de pesquisa.

### **3.1. O psicodiagnóstico na clínica-escola**

Na clínica-escola já referida, cada psicodiagnóstico é realizado por um estagiário do oitavo semestre de psicologia sob a supervisão de um professor. As sessões de supervisão são realizadas em pequenos grupos de estagiários que se encontram na mesma etapa de formação. Em geral, cada estagiário apresenta o caso que está atendendo, suscitando discussões e reflexões, sob a orientação do supervisor, acerca dos conteúdos dos atendimentos, bem como dos procedimentos adotados visando a compreensão e condução do atendimento em pauta.

O processo de atendimento infantil tem início com a inscrição da criança, pela família, na clínica-escola. Em seguida, os pais da criança são chamados para procederem a triagem, que pode resultar ou não para a realização do psicodiagnóstico propriamente dito. A fim de inscrever a criança, os pais ou responsáveis devem comparecer pessoalmente na secretaria da clínica-escola e preencher uma ficha de inscrição, com os dados pessoais da criança e da família, bem como a indicação do horário disponível para o atendimento.

A triagem é parte integrante do psicodiagnóstico. Portanto, é realizada por um estagiário e discutida no grupo de supervisão de psicodiagnóstico. Tem como objetivos: 1) verificar a demanda trazida pelos familiares ou responsáveis e 2) encaminhar o caso para as fases subseqüentes de psicodiagnóstico ou encerrá-lo na própria triagem. São realizadas, geralmente, duas sessões de entrevistas de triagem. Na primeira o estagiário atende aos pais, preferencialmente sem a presença da criança, com o intuito de compreender melhor o pedido de ajuda. Posteriormente, o aluno apresenta o relatório do atendimento ao grupo de supervisão com o qual o caso é discutido. Com a supervisão do professor é

definido o encaminhamento, que pode ser externo (para outros profissionais ou instituições) ou interno (para a própria clínica-escola). Quando o caso não necessita de atendimento psicológico ou se conclui, na triagem, que a demanda não pode ser atendida pelos serviços disponíveis na clínica-escola, é realizado o encaminhamento externo para terceiros (profissionais ou instituições); já o encaminhamento interno é feito quando se verifica que o caso deve prosseguir para a consecução do psicodiagnóstico propriamente dito ou ainda, diretamente para o processo psicoterapêutico. Em seguida, o estagiário realiza a segunda entrevista, com o objetivo de explicar ao familiar, ou responsável pela criança, o que foi decidido em supervisão.

Quando o caso é encaminhado para o psicodiagnóstico, inicia-se o processo, cujo período de duração é de seis a dez sessões, sendo que as duas sessões iniciais e as duas últimas são realizadas com os pais, preferencialmente, sem a presença dos filhos. As demais sessões são dedicadas à aplicação dos testes e entrevistas com a criança. Nos dois primeiros encontros com os pais, o estagiário aplica uma entrevista denominada de anamnese, a qual consiste em uma investigação detalhada sobre a concepção, nascimento e desenvolvimento da criança, além de questões relativas à sua vida escolar e às relações familiares (incluindo a história de vida dos pais e suas relações conjugais). As duas entrevistas finais com os pais têm como objetivo informar sobre a conclusão do psicodiagnóstico e os devidos encaminhamentos quando necessários. A conclusão de um psicodiagnóstico abrange os seguintes resultados possíveis: a) informar que o caso não necessita de acompanhamento psicológico; b) recomendar a assistência da criança por outros profissionais ou instituições, cujos serviços prestados não são disponíveis na clínica-escola; c) indicar o caso para

psicoterapia breve infantil, modalidade de atendimento colocado à disposição pela clínica-escola. Em algumas situações, a conclusão do psicodiagnóstico recomenda o atendimento da criança em psicoterapia breve infantil (na própria clínica-escola) em conjunto com serviços prestados por outros profissionais ou instituições. Por exemplo, uma criança que necessita de psicoterapia breve, associada a um atendimento de psicopedagogia, é atendida na clínica-escola e encaminhada para um psicopedagogo ou para uma instituição que presta o atendimento de psicopedagogia. A título de encerramento é realizada uma sessão com a criança, para informá-la sobre o resultado do processo, depois daquelas já realizadas com os pais, também com a finalidade de apresentar os resultados derivados do psicodiagnóstico.

Assim como no caso da triagem, no processo de psicodiagnóstico todas as sessões realizadas pelos estagiários são supervisionadas em grupo, quando os relatórios referentes aos atendimentos são apresentados e discutidos.

### **3.2. Etapas da pesquisa**

No que diz respeito à coleta de informações propriamente dita, efetuou-se a leitura dos prontuários referentes à psicoterapia breve infantil que já estavam encerrados e arquivados, procurando se conhecer o procedimento de arquivo dos prontuários e, em seguida, procedendo-se a seleção e análise do material coligido.

## **O arquivamento dos prontuários**

Quando é iniciado um atendimento na clínica-escola, abre-se um prontuário, no qual são guardados todos os materiais referentes ao atendimento psicológico. O arquivamento do material é realizado de acordo com a etapa de atendimento em que o caso é encerrado. Os psicodiagnósticos que indicaram, em seus resultados, a necessidade de que a criança fosse submetida à psicoterapia breve são guardados em conjunto, provisoriamente, com o material referente aos processos da psicoterapia e ali permanecem até o final do atendimento psicoterapêutico, quando são definitivamente arquivados.

Ao ser encerrado um processo de psicoterapia breve infantil, fecha-se o prontuário referente à criança atendida. Nele, arquivam-se todos os materiais e instrumentos psicológicos utilizados desde a abertura do caso até a sua finalização: ficha de inscrição; ficha de triagem; relatórios de entrevistas de triagem; eventuais cartas de encaminhamentos efetuados por outros profissionais ou instituições à clínica-escola; instrumentos utilizados no psicodiagnóstico; relatórios de entrevistas realizadas durante o psicodiagnóstico, além dos relatórios das sessões de psicoterapia.

A ficha de inscrição é preenchida no primeiro contato da família com a clínica-escola e é de responsabilidade da secretaria. Possui dados elementares de identificação, contatos e horários disponíveis para o atendimento. Já a ficha de triagem é preenchida pelo estagiário responsável pela entrevista de triagem. Diferencia-se claramente da ficha de inscrição por conter informações mais detalhadas, coletadas com a finalidade de subsidiar o atendimento psicológico. Os relatórios de triagem registram as entrevistas realizadas pelo estagiário com a família e a criança, podendo conter materiais anexados como, por exemplo,

desenhos elaborados pela criança no transcorrer da entrevista. As cartas de encaminhamento não estão presentes em todos os prontuários, mas apenas nos casos em que o encaminhamento ao serviço da clínica-escola é feito, por escrito, por outros profissionais (médicos, fonoaudiólogos, pedagogos e outros) ou instituições (escola, creche, organizações não-governamentais que desenvolvem trabalhos com crianças).

Todas as fases do processo de psicodiagnóstico são registradas e arquivadas com os instrumentos utilizados: a anamnese, os testes psicológicos aplicados, os relatórios das entrevistas com a família e com a criança e, por fim, o relatório final de psicodiagnóstico com a sugestão de encaminhamento. Procedimento semelhante ocorre com o processo de psicoterapia, devidamente documentado em relatórios de cada uma das sessões de atendimento psicoterapêutico, culminando com o relatório final de psicoterapia, que registra o encerramento do caso e/ou sugere os encaminhamentos julgados adequados.

### **Seleção do material para análise**

O primeiro critério para seleção de material foi a escolha de prontuários mais recentes. Como a coleta foi iniciada no final de 2006, os prontuários de 2005 foram considerados os mais adequados por já se encontrarem devidamente encerrados e organizados nos arquivos da clínica-escola, sendo, portanto, os mais atuais à disposição. Como segundo critério optou-se pelos psicodiagnósticos que, mediante os resultados obtidos, encaminharam o caso à psicoterapia. O exame detalhado dos prontuários permitiu conhecer o seu conteúdo e verificar que as informações, que diziam respeito aos elementos que permitissem identificar as

noções de família presentes nos psicodiagnósticos, encontravam-se principalmente nos relatórios finais. Optou-se por trabalhar com esse material porque ele registra os resultados das aplicações e interpretações dos instrumentos da avaliação. Também foram consideradas as “Fichas de triagem” por conter informações mais detalhadas do que as registradas nos relatórios finais, tanto no que diz respeito aos dados pessoais da criança e da família, quanto sobre o encaminhamento da criança à clínica-escola. Sendo assim, o terceiro critério para seleção do material de análise foi a leitura dos relatórios finais de psicodiagnósticos infantis e da “Fichas de triagem”.

### **Os prontuários**

Em 2005 foram encerrados 43 processos de psicoterapia breve infantil, encaminhados a partir dos resultados dos psicodiagnósticos realizados na clínica-escola. É importante registrar que, pelo fato dos prontuários selecionados para análise serem referentes a processos de psicoterapia encerrados em 2005, os psicodiagnósticos foram realizados no período que abrange o segundo semestre de 2003 e o ano de 2004.

Os prontuários estavam arquivados em dez caixas e, ao examiná-los, percebeu-se que 24 deles possuíam uma versão do relatório final de psicodiagnóstico em disquete. Em dois desses prontuários constava que as mães das crianças não haviam autorizado a utilização das informações para fins de pesquisa e em outro prontuário não se encontrou a carta de autorização. Assim sendo, optou-se por investigar os 21 prontuários restantes, cujos relatórios finais contavam com versão em disquete, junto à carta de autorização assinada pela

pessoa responsável pela criança. O trabalho com os disquetes significou uma maior agilidade na coleta de informações, realizada por meio de um computador portátil, sem que houvesse a retirada do material das dependências da clínica. Além disso, contribuiu para que se analisasse um número razoável de 21 prontuários, ou seja, a proporção de 0,49 em relação a 43 prontuários encerrados e arquivados no período de 2005.

Os relatórios finais de psicodiagnóstico apresentam as informações em seis seções: “Identificação”, “Queixa”, “Histórico pessoal e familiar”, “Procedimento”, “Conclusões” e “Encaminhamento”. Para cada um destes ítems há uma recomendação de preenchimento, expressa por um roteiro entregue ao estagiário. Na sessão “Identificação” encontram-se as informações referentes aos dados pessoais da criança, tais como nome, idade, escolaridade, nome dos pais e endereço. O campo destinado à “Queixa” informa o problema verificado com a criança. A recomendação ao estagiário é que a queixa seja detalhada e conforme relatada pelos pais. O “Histórico pessoal e familiar” informa, de maneira resumida, sobre o desenvolvimento da criança e as relações com sua família. No item “Procedimento” são relatados os instrumentos utilizados no psicodiagnóstico, tais como os testes aplicados e as entrevistas com a criança e com os familiares. A seção “Conclusões” contém resultados do psicodiagnóstico. Deve ser elaborada conforme a seguinte recomendação: “Apresentar a compreensão da dinâmica psíquica, incluindo-se de forma articulada as principais angústias, defesas, conflitos, recursos e o papel da queixa nessa dinâmica; no caso de criança ou adolescente, também a compreensão da dinâmica familiar, do papel do paciente e do sentido da queixa dentro dessa dinâmica”. A seção denominada “Encaminhamento” diz respeito ao tipo de atendimento, quando necessário, a ser

realizado (por exemplo, psicoterapia breve infantil, terapia familiar e outros). Também é solicitado ao aluno justificar o encaminhamento e indicar o local considerado adequado para o atendimento.

### **Exame dos prontuários selecionados**

Os 21 prontuários selecionados foram investigados com o objetivo de se responder à pergunta da pesquisa: “Ao incluir a família na diagnose do problema psicológico infantil, em que medida é considerada, pelo psicodiagnóstico, a mediação social da formação familiar da criança que manifesta problemas e dificuldades psicológicas?”

Procurou-se caracterizar as famílias que buscaram o serviço da clínica-escola, bem como caracterizar as crianças submetidas ao psicodiagnóstico. Tais informações foram obtidas com as “Fichas de triagem”.

Com a leitura da seção “Queixa” do relatório final de psicodiagnóstico, foram coletadas as informações a respeito dos problemas relatados pelos familiares. Do texto apresentado na referida seção foram destacadas frases ou palavras que diziam respeito aos problemas relatados e, posteriormente, classificadas de acordo com o Catálogo de queixas, desenvolvido por Silvaes (1993) e descrito à frente.

A investigação dos relatórios finais de psicodiagnóstico permitiu constatar que as informações relativas às interpretações acerca das famílias das crianças, coligidas por meio dos instrumentos do psicodiagnóstico, encontravam-se principalmente na seção dos relatórios finais, denominada “Conclusões”. Nessa sessão registram-se as compreensões sobre a participação da família na formação ou manutenção dos problemas apresentados pelas crianças. Pôde-se notar que em

todos os relatórios as famílias foram consideradas responsáveis pelos problemas psicológicos das crianças. Além disso, foram identificados indicadores que forneceram informações a respeito de como as famílias foram avaliadas com relação ao trato com a criança. Tais indicadores diziam respeito à maneira dos familiares se vincularem e como os pais dispensam cuidados às crianças.

## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico são apresentados os resultados obtidos na investigação dos 21 prontuários selecionados para leitura. A apresentação foi dividida em duas partes, sendo a primeira relativa às características das crianças e suas famílias, além dos problemas relativos à criança, relatados pelos familiares ou responsáveis da criança. A segunda parte se refere à interpretação dada pelo psicodiagnóstico à participação da família na formação do problema psicológico da criança. Os resultados obtidos em ambas as partes foram distribuídos em tabelas e discutidos posteriormente com base na teoria crítica da sociedade.

### 4.1. Características das crianças atendidas em psicodiagnóstico e suas famílias.

Com relação às características da criança considerou-se as informações relativas ao sexo, idade e escolaridade da criança, obtidas das “Fichas de triagem”. A tabela 1 representa a divisão, em termos de sexo, das crianças atendidas em psicodiagnóstico, referentes ao total de 21 prontuários estudados.

Tabela 1. Crianças submetidas ao psicodiagnóstico, segundo o sexo.

Sexo	Frequência	Proporção
Masculino	17	0,81
Feminino	4	0,19
Total	21	1,00

Fonte: Fichas de triagem, referentes aos anos de 2003 e 2004, arquivadas junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

A diferença, no que diz respeito ao sexo das crianças atendidas em psicodiagnóstico infantil, é notável. Do total de 21 psicodiagnósticos estudados, 17 foram realizados com crianças do sexo masculino, enquanto que apenas 4 são crianças do sexo feminino.

A tabela 2 registra as informações sobre a idade e a escolaridade das crianças.

Tabela 2. Idade e escolaridade das crianças submetidas ao psicodiagnóstico

Idade	Ensino								Total	
	Educação infantil		Fundamental 1				Fundamental 2			
	<i>f</i>	<i>p</i>	1º ciclo (1ª a 2ª séries)		2º ciclo (3ª a 4ª séries)		5ª série		<i>f</i>	<i>p</i>
		<i>f</i>	<i>p</i>	<i>f</i>	<i>p</i>	<i>f</i>	<i>p</i>			
5	2	0,10	-	-	-	-	-	-	2	0,10
6	2	0,10	-	-	-	-	-	-	2	0,10
7	2	0,10	6	0,28	-	-	-	-	8	0,38
8	-	-	5	0,24	-	-	-	-	5	0,24
9	-	-	-	-	1	0,05	-	-	1	0,05
10	-	-	-	-	1	0,05	1	0,05	2	0,10
11	-	-	-	-	-	-	1	0,05	1	0,05
Total	6	0,30	11	0,52	2	0,10	2	0,10	21	1,02 <sup>5</sup>

Fonte: Fichas de triagem, referentes aos anos de 2003 e 2004, arquivadas junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

Quanto à faixa etária das crianças atendidas em psicodiagnóstico, notam-se duas crianças com cinco anos, duas com seis anos, oito crianças com sete anos; cinco crianças com oito anos; uma criança com nove anos; duas com dez anos e uma criança com idade de onze anos.

No que concerne à escolaridade, encontram-se seis crianças freqüentando a educação infantil e as demais (15 crianças) no ensino fundamental, das quais 11

<sup>5</sup> A diferença de centésimos, nesta e em outras tabelas, deve-se à aproximação feita na segunda casa decimal.

crianças estão no primeiro ciclo do ensino fundamental 1 (três na primeira e oito na segunda série), duas no segundo ciclo do ensino fundamental 1 (uma na terceira e uma na quarta série) e duas frequentando o ensino fundamental 2, na quinta série.

Registre-se que há uma predominância de crianças, na faixa etária entre sete e oito anos, estudando no primeiro ciclo do ensino fundamental, encaminhadas para realização de psicodiagnóstico – 11 crianças em uma proporção de 0,52.

As informações das tabelas 1 e 2 serão retomadas mais à frente, ao se analisar sua relação com os problemas das crianças, relatados na seção “Queixas” dos relatórios finais.

Referente às características da família, levou-se em conta as informações extraídas das “Fichas de triagem” e da seção “Histórico pessoal e familiar” dos relatórios finais, relativas à renda mensal, ocupação dos pais e composição familiar.

A renda familiar mensal encontrada nas “Fichas de triagem” foi registrada em termos absolutos, ou seja, em Reais. Como o estudo abrangeu casos atendidos em 2003 e 2004 e arquivados nos prontuários de psicoterapia encerrados em 2005, os valores declarados foram convertidos em unidades de salários mínimos com base nas informações contidas na página eletrônica do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 3. Renda mensal familiar.

Renda mensal	Frequência	Proporção
Até 2 salários mínimos	4	0,19
2,1 a 4 salários mínimos	7	0,33
4,1 a 6 salários mínimos	3	0,14
6,1 a 8 salários mínimos	2	0,10
8,1 a 10 salários mínimos	2	0,10
Acima de 10 salários mínimos	2	0,10
Não consta	1	0,05
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>1,01</b>

Fonte: Fichas de triagem, referentes aos anos de 2003 e 2004, arquivadas junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

Em termos gerais relativos à renda mensal, encontram-se quatro famílias que têm renda no limite de dois salários mínimos; sete que recebem de 2,1 a 4 salários mínimos; três encontram-se na faixa de 4,1 a 6 salários mínimos; duas que recebem entre 6,1 a 8 salários mínimos; duas ficam entre 8,1 a 10 salários mínimos e duas famílias recebem, mensalmente, acima de 10 salários mínimos. Em um dos prontuários, essa informação foi omitida.

A renda mensal familiar, registrada na tabela 3, indica uma concentração maior de famílias que recebem, no máximo, quatro salários mínimos (11 das 21 famílias, ou uma proporção de 0,52). Vale destacar que, na faixa de até quatro salários mínimos, a menor renda é de uma família que declara receber pouco mais de um salário mínimo (1,25 salário mínimo); já a maior renda não chega a quatro salários mínimos (3,95 salários mínimos).

Percebe-se que o perfil das famílias, no tocante à renda mensal familiar (tabela 3), mostra que a maioria possui uma condição econômica precária, fator social que interfere material e emocionalmente na família. Uma vez que as necessidades dos familiares deixam de ser atendidas por conta de limitações econômicas, gera, certamente, ansiedades que irão mediar os relacionamentos dos membros da família. Tais condições dificilmente podem ser superadas pelos

indivíduos, no caso os pais, pois são determinadas historicamente e têm relação direta com o modo de produção, ou seja, com o trabalho.

Marx e Engels (1998)<sup>6</sup> já mostraram que as condições materiais presentes na relação capital e trabalho, recrudescem as desigualdades sociais e legitima o poder do capital, fazendo com que os trabalhadores vivam em situação cada vez mais miserável, enquanto os capitalistas aumentam seu domínio. Nessa relação de dominação, as desigualdades e injustiças sociais existentes desde as sociedades anteriores não só foram mantidas, como também outras foram criadas, próprias da sociedade industrial.

A injustiça existente na relação patrão e empregado ficou mascarada no contrato livre de trabalho, pois na medida em que as duas partes envolvidas na relação trabalhista são consideradas livres,

[...] a obrigação de entrar nesta relação atua de forma diferente. O trabalhador é pobre e tem contra si toda a concorrência de sua própria classe, na escala nacional e na internacional. Atrás de cada indivíduo estão diretamente a fome e a miséria. Seu parceiro de contrato, ao contrário, dispõe não só de meios de produção, de visão, de influencia sobre o governo e de todas as possibilidades da propaganda, mas também de crédito. (Horkheimer, 2003, p. 205)

A diferença entre rico e pobre é condicionada socialmente, no entanto se apresenta ideologicamente como natural e necessária, como se não hovesse nada a ser feito. No contrato de trabalho o empregado se sujeita às condições estabelecidas pelo patrão e reconhece a posição de mando do empregador (Horkheimer, 2003).

---

<sup>6</sup> Publicado originalmente em 1848

A ocupação dos pais é mostrada na tabela 4, e ajuda a refletir sobre as condições econômicas das referidas famílias. Para efeito de tabulação, as ocupações dos pais e das mães das crianças foram categorizadas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, de 2002. de trabalho” (CBO 2002).

Tabela 4. Pais e mães das crianças, segundo a ocupação.

Ocupação	Pais		Mães	
	<i>f</i>	<i>p</i>	<i>f</i>	<i>p</i>
Dirigentes de empresas.	1	0,05	-	-
Profissionais das ciências e das artes.	2	0,10	-	-
Técnicos de nível médio.	1	0,05	-	-
Trabalhadores de serviços administrativos.	3	0,14	5	0,24
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados.	5	0,24	6	0,28
Trabalhadores de produção de bens e serviços industriais.	6	0,28	-	-
Trabalhadores de reparação e manutenção.	1	0,05	-	-
Dona de casa.	-	-	8	0,38
Aposentado (a).	-	-	1	0,05
Sem informação.	2	0,10	1	0,05
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>1,01</b>	<b>21</b>	<b>1,00</b>

Fonte: Fichas de triagem, referentes aos anos de 2003 e 2004, arquivadas junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

No que se refere à ocupação dos pais, na categoria Dirigentes de empresas, encontra-se um exercendo as atividades de comerciante; dois na categoria Profissionais das ciências, sendo um deles engenheiro e o outro advogado; um, exercendo a função de investigador de polícia, encontra-se na

categoria Técnicos de nível médio; três na categoria Trabalhadores de serviços administrativos, com um almoxarife, um assistente financeiro e um caixa; cinco na categoria Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, sendo dois cabeleireiros, um garçom, um porteiro e um camelô; seis na categoria Trabalhadores de produção de bens e serviços industriais, com um pedreiro, um pintor de automóveis, um soldador, um serralheiro e dois motoristas; na categoria Trabalhadores de reparação e manutenção encontra-se um que trabalha como mecânico. Dois prontuários omitiram a ocupação do pai.

Percebe-se uma concentração de ocupação de pais nas categorias Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados e Trabalhadores de produção de bens e serviços industriais, somando, as duas, 11 pais ou uma proporção de 0,52.

No tocante à ocupação das mães, cinco estão na categoria Trabalhadores de serviços administrativos, sendo uma auxiliar administrativa, uma auxiliar de escritório, uma escrituraria, uma operadora de cobrança e uma encarregada de reservas; seis encontram-se na categoria Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, com uma empregada doméstica; uma garçonete; uma auxiliar de limpeza; uma cabeleireira; uma passadeira e uma cuidadora de crianças; na categoria Dona de casa, encontram-se oito mães; na categoria Aposentado tem-se uma mãe. Um prontuário omitiu a ocupação da mãe.

É notória a predominância de mães registradas na categoria Dona de casa ( 8 mães ou uma proporção de 0,38). Vale observar que uma delas, formada em serviço social, optou por não trabalhar fora de casa. Já as 11 mães (proporção de 0,52) que desenvolvem atividades remuneradas, têm suas ocupações registradas

em apenas duas categorias: cinco (proporção de 0,24) na categoria Trabalhadores de serviços administrativos e seis (proporção de 0,28) na categoria Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. Há de se considerar ainda que, somando-se as funções de dona-de-casa, empregada doméstica e cuidadora de crianças, tem-se um total de 10 mães (em uma proporção de 0,48) exercendo suas atividades em ambiente doméstico. Tal situação parece repor a imagem da mãe como aquela responsável pelo lar, ainda que remunerada para tal.

As informações relativas à ocupação dos pais e das mães mostradas na tabela 4 revelam que as atividades desenvolvidas, na maioria dos casos, sugerem não possibilitar uma transformação nas condições econômicas das famílias. O contrato de trabalho, quando existe, apenas reafirma a falsa liberdade que o trabalhador possui em relação ao trabalho, qual seja a de trabalhar ou morrer à míngua (Marcuse, 1967).

Outro fator das famílias estudadas na presente pesquisa foi a sua composição. Em primeiro lugar, verificou-se, com a leitura das entrevistas de triagem e anamnese, se os pais biológicos permaneciam casados ou estavam separados<sup>7</sup>. Em seguida, foram verificadas as formas com que as famílias se estruturam, tendo em vista a vinculação entre os participantes de cada família.

Na tabela 5 estão registrados os resultados referentes aos vínculos entre os pais biológicos da criança, ou seja, se são casados ou separados.

---

<sup>7</sup> Para efeito de simplificação do texto, não foi considerado o tipo de união legal dos pais, ou seja, se o casamento se deu oficialmente ou se os pais simplesmente foram morar juntos. O mesmo ocorre na situação de separação, que não se considerou o fato de ter sido oficializada ou não. Dessa forma, doravante serão adotados simplesmente os termos “casado (a)” e “separado (a)”.

Tabela 5. Vínculos dos pais biológicos das crianças.

Vínculos	Frequência	Proporção
Casados	11	0,52
Separados	10	0,48
Total	21	1,00

Fonte: Seção “Histórico pessoal e familiar” dos relatórios finais de psicodiagnóstico realizados no segundo semestre de 2003 e no ano de 2004, arquivados junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

Onze crianças têm os pais casados e dez contam com seus pais separados. Com relação às 11 famílias em que a mãe e o pai da criança moram juntos, as situações específicas das famílias são as seguintes: em quatro casos o pai já possuía um ou mais filhos antes do atual casamento; em um caso o pai já havia sido casado, mas não possuía filhos do casamento anterior. Nos outros seis prontuários, verifica-se que o casal de pais compartilha da primeira experiência conjugal.

No que se refere às dez famílias em que os pais da criança são separados, nota-se que em sete delas a criança permaneceu morando com a mãe; apenas uma criança permaneceu com o pai. Havia, ainda, uma criança adotada por uma mulher que não tinha qualquer parentesco com a família. Tratava-se de uma senhora que havia sido contratada para cuidar da criança, mas com o tempo passou a criá-la como filha. A mãe biológica, que desconhecia o pai da criança, entregou a guarda definitiva da filha para essa mulher. Outro fato a se observar é que, em três famílias, os pais declararam estar em um novo casamento, dentre as quais se encontra aquela do pai que ficou com a criança.

Com o intuito de melhor detalhar a composição das famílias estudadas, elaborou-se o quadro 1, com as informações de cada família no tocante às pessoas que compartilham a casa, além das condições de vínculos entre os pais da criança submetida ao psicodiagnóstico e desta com os irmãos.

Quadro 1 – Detalhamento das famílias das crianças atendidas em psicodiagnóstico

<i>Prontuário</i>	<i>Vínculo entre os genitores da criança</i>	<i>Pessoas que residem na casa</i>	<i>Informações complementares</i>
1	Casados	A criança mora com seus pais e um irmão mais velho	O pai tem dois filhos com outra mulher, sendo que um deles foi assassinado.
2	Casados	A criança mora com os pais e o irmão mais velho	O pai tem dois filhos com outra mulher
3	Separados	A criança mora com a mãe e um irmão mais novo	-----
4	Casados	A criança mora com os pais	A criança é filho único
5	Casados	A criança mora com os pais	A criança é filho único. Dividem a casa com a tia materna, seu tio e seu primo.
6	Separados	A criança mora com a mãe, padrasto e a filha da mãe com o padrasto.	O pai da criança foi assassinado tempos depois de separar-se da mãe.
7	Casados	A criança mora com o pai, a mãe e duas irmãs mais velhas.	O pai já foi casado mas não teve filhos no casamento anterior.
8	Casados	A criança mora com os pais	A criança é filho único
9	Separados	A criança mora com a mãe e dois irmãos mais velhos, por parte de mãe	A criança tem uma irmã de 10 anos, por parte de pai.
10	Separados	A criança mora com a mãe, o padrasto, um irmão por parte de pai e mãe e um irmão por parte de mãe e do padrasto.	O padrasto tem uma filha do primeiro casamento, que fica com a família da criança nos finais de semana
11	Separados	A criança mora com a mãe, com uma irmã de 3 anos, com os avós maternos e sua tia materna.	O tio materno, que também morava na casa e tinha estreito vínculo com a criança, foi assassinado.
12	Casados	A criança mora com os pais e com uma irmã mais nova	O pai tem uma filha de 11 anos, fruto do primeiro casamento.
13	Casados	A criança mora com os pais	O pai já foi casado e tem 3 filhos do primeiro casamento
14	Separados	A criança mora com a mãe adotiva, a irmã da mãe adotiva e dois sobrinhos (adultos) da mãe adotiva	A mãe, que desconhecia o pai da filha, entregou a criança em adoção a uma pessoa que não tinha parentesco com a família.
15	Separados	A criança mora com seu pai e com a companheira de seu pai.	A criança tem três irmãos por parte de mãe e do atual companheiro desta.
16	Casados	A criança mora com os pais e com uma irmã mais nova	-----
17	Separados	A criança mora com a mãe e com a avó materna	O pai não tem companheira
18	Casados	A criança mora com os pais e dois irmãos mais velhos	-----
19	Separados	A criança mora com a mãe	O pai foi assassinado
20	Casados	A criança mora com os pais e com um irmão mais velho	-----
21	Separados	A criança mora com a mãe	O pai não tem companheira atualmente, mas já teve.

Fonte: Seção “Histórico pessoal e familiar” dos relatórios finais de psicodiagnóstico realizados no segundo semestre de 2003 e no ano de 2004, arquivados junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

Nota-se que a maior parte dos prontuários estudados na presente pesquisa diz respeito a famílias formadas por uma constelação de relações. Somando-se as quatro famílias em que os genitores são casados (prontuários 1, 2, 12 e 13), cujos pais já tinham filhos de um relacionamento anterior, às três em que os genitores são separados (prontuários 6, 10 e 15), mas tinham se casado novamente, têm-se um total de sete famílias reconstituídas<sup>8</sup>. Pode-se pensar, assim, nas várias possibilidades de vinculação da criança, seja com os novos companheiros dos pais (padrastos em seis casos e madrasta em um caso), seja com os filhos dos pais, gerados em outros relacionamentos conjugais - quando a criança possui irmãos dos mesmos genitores ou quando têm irmãos apenas por parte de mãe (prontuário 15) ou por parte de pai (prontuários 1, 2, 9, 10, 12 e 13).

Outro fator que pode ser observado com a exposição do detalhamento das famílias no quadro 1 é a morte, por assassinato, dos pais de duas crianças (prontuários 6 e 19) e do tio de uma das crianças, que tinha um forte vínculo com o sobrinho (prontuário 11).

As informações descritas no quadro acima fornecerão subsídios para a discussão posteriormente apresentada no presente estudo.

### **Problemas relativos à criança, relatados pelos familiares ou responsáveis.**

A seção “Queixa” dos relatórios finais registra que as demandas dos serviços da clínica-escola são provenientes de problemas apresentados pela criança no convívio com a família e com a escola. O referido material revelou

---

<sup>8</sup> O termo “família reconstituída” foi adotado no presente texto para descrever as famílias formadas por cônjuges que já tiveram um ou mais casamentos anteriores. A opção por esse termo se dá pelo fato dele ser utilizado por profissionais da área de psicologia e, embora tenha como base a família nuclear, considerou-se adequado ao contexto em que se inscreve.

também os motivos que levaram as famílias a procurar pelos serviços psicológicos da clínica-escola. As razões foram consideradas, nesta pesquisa, sob dois aspectos: origem da procura pelo serviço e problemas da criança relatados pelos familiares ou responsáveis.

A tabela 6 mostra, segundo o relato dos pais ou responsáveis pela criança, os locais em que são observados os problemas com a criança.

Tabela 6. Local de ocorrência dos problemas apresentados pelas crianças, registrados nas queixas dos relatórios finais de psicodiagnóstico.

Local	Frequência	Proporção
Na residência e na escola	10	0,48
Na residência	7	0,33
Na escola	4	0,19
Total	21	1,00

Fonte: Seção “Queixa” dos relatórios finais de psicodiagnóstico realizados no segundo semestre de 2003 e no ano de 2004, arquivados junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005

Dez, dos 21 psicodiagnósticos consultados são provenientes de situações ocorridas com a criança na residência e na escola; sete casos são provenientes de situações ocorridas com a criança apenas na residência. Em quatro relatórios os problemas são associados a situações ocorridas com a criança somente na escola.

A procura pelos serviços da clínica-escola foi originada, no que se refere à amostra desta pesquisa, de três fontes: encaminhamento pela escola, busca espontânea da família e indicada por profissionais da saúde. No encaminhamento da escola foram incluídos aqueles realizados por professores, coordenadores pedagógicos ou diretores de escolas. Como busca espontânea considerou-se todas aquelas realizadas por iniciativa dos próprios familiares da criança. Como indicação de profissionais da saúde, os encaminhamentos realizados por eles, quando, ao atenderem a criança, encaminharam o caso à ajuda psicológica.

A tabela 7, apresentada abaixo, registra a origem da busca pelo serviço da clínica-escola, indicando a frequência de relatórios que registram tal informação e a proporção em relação ao total de prontuários investigados.

Tabela 7. Busca pelo serviço psicológico.

Busca pelo serviço psicológico	Frequência	Proporção
Por encaminhamento da escola	12	0,57
Espontânea	6	0,28
Indicação de profissionais da saúde	3	0,14
Total	21	0,99

Fonte: Fichas de triagem, referentes aos anos de 2003 e 2004, arquivadas junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

Foram encontrados 12 casos em que a criança foi encaminhada, para o serviço da clínica-escola, pela escola. Em seis prontuários a busca pelo serviço foi espontânea; em três casos houve a indicação de profissionais da saúde, sendo um encaminhado por neurologista, um por pediatra e um por fonoaudióloga. Assim, percebe-se uma concentração de casos encaminhados pela escola, cuja frequência é maior que a soma por procuras espontâneas e por encaminhamento de profissionais da saúde.

Com relação aos problemas relativos às crianças, relatados pelos pais ou responsáveis e registrados nos relatórios finais, notou-se que a maioria dos relatórios (19) apresentavam dois ou mais problemas com a criança (em um só relatório, por exemplo, estão registrados 11 problemas). Tais problemas são apresentados na seção “Queixa” por meio de frases ou palavras que fornecem indicadores de seu conteúdo. Convencionou-se, portanto, denominá-los como “Indicadores de problemas”, no lugar de simplesmente “Problema apresentado”, uma vez que pareceu ser uma expressão mais precisa.

Considerando-se os 21 relatórios finais estudados, obteve-se os seguintes indicadores de problemas registrados na sessão “Queixa”: inquietação, distração, perturbação dos colegas durante a aula; desorganização, desobediência, recusa a fazer deveres escolares, agitação, falta de interesse, furtos, mentiras, agressividade, dificuldade de atenção, pouca dedicação aos estudos, travessuras na escola, falta de concentração, disposição apenas para brincar, guardar para si os sentimentos, tristeza, quietude, falar pouco, apatia, não copiar matéria da lousa, dificuldade em comunicar-se, não falar a respeito de si próprio, insônia, enurese noturna, gagueira e problemas na fala, dificuldade de relacionamento, relacionamento conflituoso e dificuldade de contato físico, não prestar atenção à aula, pegar e tocar nos órgãos genitais dos colegas, dificuldades para ir à escola, nervosismo, baixo rendimento escolar, não saber ler e escrever, dificuldade para fazer as lições de casa, não acompanhar a turma (classe escolar), não absorver o que é ensinado, passar para a série seguinte sem ter aprendido nada. Em alguns relatórios finais, o problema é descrito genericamente como “dificuldade de aprendizagem” ou “problemas de aprendizagem”. Muitos indicadores se repetiram em um ou mais relatórios, sendo que a soma totalizou 78 indicadores.

Dada a quantidade encontrada, decidiu-se por agrupar os indicadores de problemas em categorias. Para isso, considerou-se o catálogo de queixas citado por Silvaes (1993), formulado a partir das declarações dos responsáveis pelas crianças. O catálogo abrange 77 categorias comportamentais diferentes, mutuamente exclusivas e distribuídas em oito grupos, a saber:

- 1) Distúrbios específicos do desenvolvimento e das habilidades escolares;
- 2) Distúrbios de comportamentos explícitos;
- 3) Distúrbios de

comportamentos não explícitos; 4) Distúrbios de alimentação e sono; 5) Distúrbios de identidade; 6) Tiques; 7) Distúrbios de expulsão e 8) Distúrbios orgânicos (Silvares, 1993, p. 89)

A tabela 8 apresenta a distribuição dos indicadores de problemas, de acordo com o Catálogo de queixas formulado por Silvares, em números absolutos e na proporção em relação ao total de indicadores encontrados (78).

Tabela 8. Indicadores de problema apresentados nos relatórios finais.

Indicadores	Frequência	Proporção
Distúrbios específicos do desenvolvimento e das habilidades escolares	18	0,23
Distúrbios de comportamentos explícitos	41	0,53
Distúrbios de comportamentos não explícitos	12	0,15
Distúrbios de alimentação e sono	1	0,01
Distúrbios de identidade	1	0,01
Distúrbios de tique	3	0,04
Distúrbios de expulsão	2	0,02
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>0,99</b>

Fonte: Seção “Queixas” dos relatórios finais, referentes aos anos de 2003 e 2004, arquivados junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

A tabela 8 mostra que o total de 78 indicadores de problemas encontrados nos relatórios finais estão distribuídos da seguinte maneira: 18 relacionados a distúrbios do desenvolvimento e das habilidades escolares; 41 dizem respeito a distúrbios de comportamentos explícitos; 12 se referem a distúrbios de comportamentos não explícitos; um se relaciona com distúrbios de alimentação e sono; um ao distúrbio de identidade; três indicadores dizem respeito a distúrbios de tique e dois se referem a distúrbio de expulsão.

É possível tecer algumas considerações a respeito das informações obtidas no que concerne aos problemas relatados pelos familiares, os quais geraram o psicodiagnóstico. Chama a atenção a quantidade de indicadores identificados como problemas relacionados a comportamento. Ao se somar os indicadores das categorias que agrupam os problemas das crianças relacionados ao comportamento, ou seja, à categoria Distúrbios de comportamentos explícitos e Distúrbios de comportamentos não explícitos, encontra-se um total de 53 indicadores, ou uma proporção de 0,68, que ultrapassa a soma dos demais que, juntos, atingem o total de 25, ou uma proporção de 0,32. Nota-se que o comportamento considerado inadequado é compreendido como um problema psicológico, como o próprio Catálogo de Queixas de Silvares deixa explícito.

Considerando-se as informações registradas na tabela 1 (p. 42) que mostram uma concentração expressiva de meninos encaminhados para serem submetidos ao psicodiagnóstico (17 prontuários ou proporção de 0,81) e a incidência de problemas relacionados ao comportamento, pode-se inferir que existe uma questão de gênero, já que os meninos manifestam com mais facilidade seus comportamentos, considerados inadequados aos padrões sociais estabelecidos. Dito de outra forma, pode-se pensar que muito embora se observe um movimento da sociedade em direção a uma relativa igualdade entre os sexos, parece que as meninas continuam sendo criadas para a obediência e os meninos para as aventuras, ainda que estas afrontem as normas estabelecidas.

Outro fator a ser considerado é relativo à busca pelo atendimento. Conforme pode ser observado na tabela 7 (p. 53), a maioria dos casos (12 relatórios ou uma proporção de 0,57) foi encaminhado pela escola, muito embora se possa perceber que os resultados da tabela 6 (p. 53) mostram que os

problemas relativos às crianças manifestam-se, segundo relatos dos pais ou responsáveis, na residência e na escola.

Pode-se refletir sobre o papel da escola na formação da criança e, no caso, como reguladora do comportamento. Não se trata de negar a sua importância na contribuição para que a criança se situe no mundo em que vive, mas refletir sobre o que é possível, em termos de educação, além da adaptação:

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. (Adorno, 2003, p. 143)

Quando solicita à família para que encaminhe a criança a um tratamento, visando apenas o ajuste do aluno ao padrão estabelecido de comportamento, a escola assume um caráter ideológico de sustentação do sistema, que exige indivíduos obedientes às regras impostas. A idéia que parece estabelecida é a de que os problemas de ajustamento de comportamentos são de ordem psicológica e já que não foram solucionados pela família, devem ser resolvidos com intervenção psicoterapêutica ou com ajuda do psicólogo para orientação familiar.

#### **4.2. A compreensão da participação da família nos problemas psicológicos da criança, indicada nos psicodiagnósticos.**

Notou-se em todos os relatórios que as famílias são consideradas inadequadas no trato com a criança. Essa inadequação está relacionada, em maior ou menor grau, aos problemas descritos na sessão “Queixa” dos relatórios finais. Em alguns relatórios a família é compreendida como determinante dos problemas psicológicos da criança; em outros, é vista como participante do problema associada a outros fatores, identificados nos resultados obtidos no psicodiagnóstico. A tabela 9 mostra a frequência de relatórios em que se registram tais informações e a proporção em relação ao total de relatórios pesquisados.

Tabela 9. Participação da família atribuída no psicodiagnóstico quanto às causas do problema psicológico das crianças.

Participação atribuída	Frequência	Proporção
Associada a outro fatores	12	0,57
Fator principal	9	0,43
Total	21	1,00

Fonte: Seção “Conclusões” dos relatórios finais de psicodiagnóstico realizados no segundo semestre de 2003 e no ano de 2004, arquivados junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005.

Em 12 psicodiagnósticos as famílias foram consideradas responsáveis, associadas a outros fatores, pelos problemas psicológicos das crianças. Apresentam como principais características a negligência com o filho, dificuldades pessoais dos pais no trato com a criança, relação de dependência do filho com a mãe, falta de proteção dos pais, pouco contato dos pais com o filho quando bebê, ambiente familiar proporcionando comportamento infantilizado da criança, falta de solicitações dos familiares que permitam o desenvolvimento da

criança, dificuldades na solução do Complexo de Édipo, separação dos pais, pouco apoio dos pais para o estabelecimento de relações sociais da criança e reforço da mãe para o comportamento infantilizado da criança.

Nos outros nove psicodiagnósticos as famílias foram consideradas como fator principal dos problemas apresentados pelas crianças. As seguintes características principais registradas nos relatórios foram: rejeição e abandono dos pais em relação à criança, relacionamento simbiótico entre mãe e filha, condutas inadequadas dos pais na resolução do complexo de Édipo, questões pessoais dos pais interferindo no relacionamento com a criança, conflitos familiares, relação agressiva do pai para com o filho e relação educacional e afetiva regredidas.

Procurou-se compreender como as famílias foram avaliadas para que o psicodiagnóstico chegasse a esse resultado recorreu-se novamente ao exame da seção “Conclusões” dos relatórios finais. Verificou-se que as avaliações das famílias registradas nos psicodiagnósticos levam em conta, principalmente, o vínculo entre os membros da família e as condutas dos pais com relação aos cuidados dispensados à criança. Organizou-se, então, duas categorias denominadas de “Vínculos familiares” e “Cuidados com a criança”. As leituras foram retomadas, agora com o objetivo de se conhecer, por meio de indicadores, como os vínculos familiares e os cuidados com as crianças foram interpretados e apresentados nos relatórios finais de psicodiagnóstico.

Os indicadores que avaliam os vínculos familiares nos psicodiagnósticos se referem ao emprego de termos que sugerem tanto os comportamentos de interação entre os familiares quanto os sentimentos dos membros familiares entre si. Já os indicadores que avaliam os cuidados dos familiares com a criança se

referem à descrição de condutas dos pais implicadas no desenvolvimento, na proteção e no sentimento de segurança da criança.

A seguir são apresentados e discutidos os resultados obtidos. A fim de análise, foram extraídos fragmentos contidos nos textos dos relatórios finais<sup>9</sup>.

### **A. Vínculos familiares**

A análise dos vínculos familiares leva em conta a maneira como o relatório registra o relacionamento entre os membros da família. Foram considerados, para efeito de indicadores, os vínculos entre: a criança e a mãe; a criança e o pai; a criança, o pai e a mãe; a criança e a família; a criança e os irmãos. O critério adotado para a inclusão dos indicadores foi a menção explícita de relacionamentos e os sentimentos que tanto a criança quanto os familiares nutrem uns pelos outros.

Pôde-se perceber nas leituras dos relatórios, que o desenvolvimento adequado de vínculos entre os familiares foi entendido como dependente de condutas e sentimentos dos membros da família. A satisfação no relacionamento familiar estaria condicionada à capacidade dos indivíduos se ajustarem ao modelo considerado adequado de vinculação.

A tabela 10 mostra os indicadores de vínculos familiares contidos nos relatórios. Foram consideradas as diversas formas de vínculos da criança e os demais membros da família seja com um único membro, como no caso do

---

<sup>9</sup> Os fragmentos retirados dos relatórios tiveram seus textos mantidos tal como foram registrados, procedendo-se apenas as alterações necessária para a manutenção do anonimato das pessoas envolvidas. Assim, os nomes, quando constavam nos textos, foram substituídos por termos que pudessem identificar sua posição na família, como por exemplo: pai, mãe, filho, criança e irmão.

vínculo com sua mãe ou com seu pai, ou ainda com mais de um componente da família, como é o caso dos vínculos com a família, com o pai e a mãe ou então com os irmãos. Considerou-se, para se efetuar tal distribuição, a forma como estava relatado no relatório. O vínculo entre a criança e o pai e mãe se distingue do vínculo da criança com a família. No primeiro caso, o vínculo se refere apenas à criança e ao casal de pais, enquanto que, no segundo, a vinculação é referente à criança e à sua família, incluindo-se outros membros além do pai e da mãe, por exemplo, os irmãos, avós e tios.

Tabela 10. Vínculos entre a criança e seus familiares.

Vínculos	Frequência	Proporção
Mãe	11	0,33
Pai	4	0,12
Mãe e pai	9	0,27
Família	7	0,21
Irmãos	2	0,06
Total	33	0,99

Fonte: Seção “Conclusões” dos relatórios finais de psicodiagnóstico realizados no segundo semestre de 2003 e no ano de 2004, arquivados junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005

A tabela 10 mostra que o total de 33 indicadores de vínculos está dividido da seguinte maneira: 11 relacionados ao vínculo da criança e sua mãe; quatro dizem respeito aos vínculos da criança com seu pai; nove se referem a vínculos entre a criança, sua mãe e seu pai; sete se relacionam aos vínculos entre a criança e a família e dois dizem respeito aos vínculos entre a criança e seus irmãos.

A concentração de indicadores de vínculos da criança com a mãe pode indicar que, pelo fato de geralmente a criança ser acompanhada por ela durante o atendimento, tal vínculo fique mais aparente. Contudo, considerando que as informações contidas no relatório são referentes às entrevistas e outros

instrumentos psicológicos, pode se inferir que mais informações sobre o vínculo da criança com o pai poderiam ser coletadas, pois mesmo na ausência física deste seria possível se investigar sobre seu relacionamento com o filho.

A seguir, os tipos de vínculos expressos na tabela 10 serão descritos e analisados um a um, bem como o relatório no qual se encontrou o indicador. Note-se que a numeração do relatório segue a ordem do quadro 1 da página 50.

### **Vínculo da criança com a mãe**

O relatório 19 registra que a criança encontra dificuldades atinentes ao complexo de Édipo por conta problemas vividos em sua família. Relata que a criança apresenta conflitos na esfera sexual, justificando que, com a morte do pai, as fantasias edípicas de concretização do desejo incestuoso são alimentadas pela situação familiar: “[...] a mãe chega a verbalizar para a estagiária que agora ele é o homenzinho da casa. O menino é tratado pela mãe como se fosse seu parceiro, inclusive com quem divide a cama de casal para dormir”. O vínculo entre a mãe e seu filho é interpretado como oriundo de uma confusão de papéis. Isso é percebido na interpretação que a mãe trata o filho como se fosse o parceiro com quem divide a cama. A família parece ser considerada fechada, cujos vínculos estabelecidos são gerados apenas por fatores que envolvem a relação entre mãe e filho, desconsiderando outros fatores que extrapolam a órbita das relações familiares, principalmente o fato de que a morte do pai foi ocasionada por assassinato.

No relatório 5 é afirmado que a criança valoriza muito sua mãe, embora sintase inferiorizada em relação a ela. Por isso, necessita chamar a atenção e

exibir-se para agradar a mãe e as outras pessoas. Tal comportamento teria como objetivo compensar um sentimento de desvalia. A interpretação dada pelo psicodiagnóstico, segundo a qual a criança sente-se inferiorizada perante a mãe, parece determinar a maneira com que o vínculo entre elas se estabelece. Há uma relação de causa e efeito, de tal forma que a criança procura agradar a mãe para compensar o sentimento de desvalia.

Houve um caso (relatório 1) em que é apresentada uma “ligação muito forte” da criança com sua mãe, “buscando constantemente apoio e todo tipo de afeto”. Nota-se que o fator que favorece a vinculação com a mãe foi interpretado como sendo proveniente de uma demanda interna da criança quanto à necessidade de apoio e afeto.

Os demais indicadores de vínculos da criança com a mãe (9 relatórios) estão relacionados a aspectos pessoais da mãe interferindo no vínculo com a criança. Como se nota nas transcrições dos fragmentos extraídos do relatório que segue, parece que a interpretação dada pelo diagnóstico é que aspectos pessoais da mãe interferem no exercício apropriado de seu papel: para realizá-lo de maneira correta, ela deveria adequar seus sentimentos e comportamentos esperados para sua função materna.

Nas três situações descritas a seguir, se percebe a interpretação de que as dificuldades da mãe são absorvidas diretamente pela criança. Tal interpretação sugere a idéia de um sistema de trocas, em que os elementos vinculados transferem, uns para os outros, características individuais. O relatório 2 faz referência ao sentimento de rejeição da mãe pelo filho. Além disso, segundo o relatório, a genitora faz comparações entre os filhos, sendo que a criança submetida ao psicodiagnóstico é sempre preterida. De acordo com o registrado, a

criança sente a necessidade de agradar a mãe o tempo todo, pois a percebe como dominadora, o que lhe causa restrições. O relatório continua afirmando que a rejeição da mãe para com a criança:

[...] pôde ser notado durante as entrevistas e também quando a mãe se questionava se o fato de ter engravidado enquanto amamentava o filho mais velho e ter desgostado da notícia da gravidez, representaria uma rejeição à criança, além de dizer que esta nasceu magrinha e feinha e que ela pensou que o filho não iria “vingar”.

O relatório 6 registra que a mãe sente culpa pelos problemas do filho. Ela oculta da criança o fato de o pai ter sido assassinado, mas, conforme o relatório, tem consciência de que o filho saberá em algum momento. A mãe entende que seria melhor ela contar a verdade. De acordo com o relatório, a família passa por uma situação propícia para que a mãe conte ao filho o que realmente aconteceu, mas, para isso, ela deve antes resolver as dificuldades pessoais em relação à morte do ex-marido:

Sabe também que o momento que está vivendo, segundo seus próprios relatos, é um momento mais equilibrado, pois já constituiu outra família, o casal está empregado e com situação financeira estável, o filho já tem quase nove anos e que é de grande importância e auxílio, o fato de seu atual companheiro ser bastante próximo do menino e se dar muito bem com ele. Portanto, o momento parece propício para que aprenda como lidar com a situação e sentir-se mais apta e tranqüila para conversar com o filho. Mas é de grande importância que antes resolva as dificuldades pessoais que talvez ainda tenha em referência à morte de seu ex-marido.

O menino, segundo o relatório, parece estar confuso, pois de certa forma percebeu algo estranho no relato da própria mãe. Isso teria dificultado o estabelecimento de um vínculo de maior confiança entre a mãe e o filho. Na conclusão do relatório final, o estagiário deixa claro que a forma com que a mãe poderia melhorar o vínculo de confiança com a criança seria contando a verdade sobre o assassinato de seu pai. Não parece que os argumentos da mãe, que se nega a contar a verdade com receio de revoltar o filho, sejam levados em consideração. É como se a ela devesse superar suas dificuldades, seus receios, para então assumir uma postura que poria fim a confiança abalada que supostamente desenvolveu com a criança.

O relatório 8 afirma que mãe idealizou muito o filho. Segundo os registros, a criança absorveu todas as expectativas, ansiedades, medos e inseguranças da mãe, tornando-se assustada, confusa e sem saber o que deve ou não fazer: “[...] sem saber quais são os seus limites, um dos jeitos que ele encontrou de manifestar isso é o cocô.”. Seguindo a mesma linha de entendimento, no relatório 9 há uma observação de que a mãe projeta na filha questões de ordem pessoal, difíceis de serem resolvidas.

Conforme relatado no relatório 21, a criança cumpre o papel de elo entre a mãe e seu ex-marido. A mãe, de acordo com os registros, deposita no filho as frustrações de seu casamento e projeta nele os desejos impedidos no transcorrer de sua vida. Segundo consta no relatório, com a separação do casal “a criança internalizou uma figura materna fálica, pois cabe à mãe a responsabilidade da manutenção doméstica em dupla jornada”. Nota-se que, ao se utilizar do termo “figura materna fálica”, o relatório sugere que a mãe cumpre com a função do pai, que não mora com a família em virtude da separação. Parece que a

interpretação do estagiário leva em conta um modelo de família para se orientar. Tal modelo seria composto por pessoas ocupando funções determinadas, mas na ausência de uma dessas pessoas, ocorreria a substituição.

A dificuldade da mãe em assumir uma postura adulta e independente pôde ser notada no relatório 11. Segundo consta, a mãe da criança vive em um ambiente onde tem que dar conta de ser mãe e filha ao mesmo tempo. Além disso, ela não consegue, de acordo com o relatado, administrar essa situação de forma que possa “[...] ter um espaço para si mesma. Esse contexto desencadeia certa ansiedade, com a qual ela encontra dificuldade em lidar, sentindo-se tensa e sobrecarregada. A mãe não assumiu uma postura adulta e independente”. Contudo, conforme descrito, apesar de a criança perceber a mãe como sendo uma pessoa que não tem o suficiente para ela, “[...] tem uma ligação afetiva positiva com a mesma.”. O registro parece insinuar que a mãe, ao não cumprir com um papel esperado, ou seja, o de adulta e independente, colocaria em risco sua vinculação com a criança. Parece que se espera que a afetividade da criança esteja vinculada àquilo que a mãe pode oferecer.

O relatório 17 registra que a mãe e a filha mantêm uma relação simbiótica que poderá ser prejudicial para ambas no futuro. Segundo consta no relatório, a mãe vive intensamente para a filha e vice-versa. “Atualmente a criança já sofre ao ter que se separar da mãe, mesmo que seja por apenas algumas horas e sabendo onde esta se encontra.”. A relação estabelecida entre a mãe e a filha é compreendida como uma ligação aprisionadora. Pode-se considerar que em um relacionamento em que uma pessoa se liga exclusivamente à outra implica em poucas possibilidades de autonomia. Contudo, não se vê no relatório fatores envolvidos, que não estejam relacionados à relação entre mãe e filha ou ao

mundo interno de cada uma delas, para que esse tipo de vinculação se estabelecesse.

No relatório 20 são destacados os sentimentos ambivalentes da mãe em relação à criança, pois durante a gravidez, a genitora havia recebido o diagnóstico médico informando que a criança nasceria com deficiência. Ao nascer, a criança apresentou alguns problemas de infecções, mas a deficiência prevista pelo médico não se concretizou. Alguns problemas de saúde da criança afastaram-na do contato com a mãe, que devido a algum tipo de infecção teve de ficar internada. O destaque dado aos sentimentos ambivalentes da mãe com relação ao filho parece indicar uma situação geradora de dificuldades na relação de ambos. Tanto que mais à frente, no final da conclusão diagnóstica, o estagiário, indicando a psicoterapia breve, justifica a necessidade de trabalhar a relação de dependência do filho com a mãe, gerada pela superproteção desta. A culpa da mãe, gerada pelos seus sentimentos ambivalentes em relação ao filho enquanto estava grávida, seria a causa da chamada superproteção.

Em resumo, vistos em conjunto, os relatórios que se referem-se ao vínculo entre a criança e sua mãe, indicam que o relacionamento poderia ser melhorado, caso ela tivesse uma outra forma de lidar com o filho ou filha. Não são apresentados os fatores sociais que interferem nessa vinculação. Ao contrário, quando surgem, como é o caso do relatório 6, em que se encontra uma situação de assassinato do pai da criança, a conclusão diagnóstica insiste na idéia de que a solução está na mudança da postura da mãe, mas a estrutura social geradora da violência que causou a morte do pai permanece intocada. O mesmo ocorreu com o relatório 19, cuja criança também teve seu pai assassinado. As conclusões do relatório se limitaram à interpretação da relação da mãe com a criança,

destacando a inadequação de uma vinculação em que ambas dormem na mesma cama. Aqui, também o assassinato do pai não parece ser devidamente considerado como um fator importante na mediação do vínculo da mãe com a criança.

### **Vínculo da criança com o pai**

No relatório 15 é descrito um bom vínculo entre a criança e seu pai. Segundo o relatório, o fato da criança ter passado com o pai a maior parte de sua vida pôde estabelecer com ele um vínculo mais sólido e duradouro. O filho coloca o pai como uma “figura perfeita, alguém a ser imitado e copiado”. Contudo, ainda segundo o relatório, tal imitação acaba dificultando as relações da criança, pois “Ao colocar seu pai como algo ideal a criança se identifica com ele, copiando seus comportamentos na escola e no relacionamento com seus colegas e professores. Desta forma, a criança imita os comportamentos de seu pai, inclusive sua agressividade.” A estabilidade e constância são fatores entendidos como determinantes para um vínculo sólido e duradouro. Não se considera as circunstâncias sociais em que isso se deu. Nota-se, ainda, que apesar de o filho estabelecer um bom vínculo com o pai, o fato da identificação com o genitor é suficiente para se interpretar a relação da criança com outros indivíduos que se relacionam com ela. Verifica-se novamente a idéia de transferência de comportamentos de um membro da família para outro, dentro de um sistema fechado de relações, pois não há no relatório qualquer menção sobre outros fatores implicados nas relações da criança com as pessoas que não participam da família. No relatório 3 a criança desenvolve uma boa vinculação com seu pai, a partir da interpretação dos resultados obtidos nos instrumentos HTP e Desenho da

Família<sup>10</sup>: “Sobre a figura paterna, a menina também demonstrou possuir afeto e desejo de interação”. Já no relatório 12 percebe-se a informação de que, de acordo com o resultado da aplicação da Fábula de Düss<sup>11</sup>, a criança “demonstrou, em relação à figura paterna, desejos destrutivos”. A informação presente nos dois relatórios acima sugere elementos intrapsíquicos na vinculação com o pai sem considerar outros fatores que poderiam colaborar para o relacionamento da criança com o pai. Limita-se às interpretações dos resultados obtidos nos instrumentos e não fazem menção a outras informações sobre o tema que poderiam ser conseguidas, por exemplo, nas entrevistas com os familiares, ainda que o pai não fosse ouvido.

No relatório 2 consta que “A figura paterna também se mostra como ausente, entretanto esse fato não parece causar conflitos no cliente”. A ausência do genitor é citada, mas não revela as circunstância em que isso ocorre. Fica apenas a descrição de um fato, que sugere o descumprimento de uma expectativa relacionada ao pai, que seria sua presença na relação com a criança.

Observa-se que nos quatro indicadores sobre o vínculo com o pai se faz referência a figuras. Nos três últimos indicadores, o termo pai é substituído por figura paterna, indicando uma relação estabelecida da criança com modelos, em detrimento de uma relação entre pessoas: não seria com o pai que a criança se vincula, mas com a figura que o representa.

---

<sup>10</sup> HTP (House, Tree, Person Test) e Desenho da Família - Instrumentos de avaliação psicológica que consistem em desenhos realizados pela criança (casa, árvore, pessoa e família).

<sup>11</sup> Teste psicológico de referencial teórico psicanalítico desenvolvido por Louise Düss. Consiste em apresentar à criança pequenas histórias incompletas, cujos heróis se encontram em determinada situação que representa uma fase do seu desenvolvimento psicosexual. É solicitado à criança que complete a história, para com isso se identificar possíveis conflitos psicológicos infantis.

### **Vínculo da criança com a mãe e o pai.**

No que tange aos vínculos da criança com seus pais, foram encontrados quatro indicadores que fazem referência ao Complexo de Édipo. No relatório 1 é narrado que a criança, em relação ao pai, demonstra um “conflito edípico, pois desafia o pai constantemente”. Segundo relatado, a criança tenta manter uma aliança com a mãe para desafiar o pai, contudo “suas investidas são frustradas, e fazem com que ele respeite a figura paterna e se submeta às suas leis”. A afirmação é baseada na interpretação do CAT<sup>12</sup>. O relacionamento da criança com os pais é interpretado a partir do resultado obtido no instrumento de avaliação psicológica, que aponta para um componente interno da criança, gerado pelo conflito edípico e se fecha na relação com os pais: a aliança da criança com a mãe e a frustração da investida do menino, que se submete-se às leis do pai. No relatório 15 encontra-se registrado: “Em relação ao Complexo de Édipo, a criança demonstra certa dificuldade na resolução de seus conflitos, estando ligada à dificuldade de identificação de papéis e falta de estabilidade na relação com os mesmos”. Os papéis são mencionados como um modelo de identificação que não se define por conta de suas instabilidades, gerando a dificuldade na criança para a solução de seus conflitos. Não há menção de circunstâncias sociais geradoras da indefinição dos papéis. No relatório 16 são descritos os conflitos da criança envolvendo vínculos com os pais: “há presença de angústia na vivência do desmame e principalmente no Complexo de Édipo, em que a figura paterna é vista como muito ameaçadora e destrutiva”. No caso, não se apresentam as condições em que ocorreu a angústia na vivência do desmame, assim como também as causas da visão da chamada “figura paterna” ser vista pela criança

---

<sup>12</sup> CAT (Children Apperception Test) - Instrumento de avaliação psicológica que consiste em apresentar pranchas de desenhos à criança e solicitar-lhe que conte história a partir do que vê.

como algo ruim. No relatório 7 é mencionado que a criança apresenta “sinais de uma não adequada finalização edípica, embora já estivesse com onze anos de idade”. O relato procura mostrar como a dinâmica da relação dos pais interfere na vida emocional da criança, na medida em que o comportamento desanimado e apático do pai suscita sentimento de amor e ódio na criança em relação à mãe. A relação entre o filho e seus pais fica condicionada a um comportamento do pai que nega suas funções, sustentando a idéia de um modelo paterno:

Através de uma compreensão psicodinâmica, percebemos que a criança em seus onze anos apresentou sinais de uma não adequada finalização edípica. Através da execução de desenhos, da família e brincadeiras com objetos da caixa lúdica, esperava sempre a vinda de um herói que pudesse salva (á)-lo dos sentimentos de amor e ódio que sente pela mãe, causado pelo desânimo e apatia do pai.

Nos quatro casos expostos acima a interpretação das relações familiares é baseada na expectativa de papéis. A dinâmica da família foi compreendida considerando o enfoque psicanalítico, que define a família, composta de pai, mãe e filhos ou as figuras que lhes representam. A referência ao complexo de Édipo mostra um modelo de comparação para as relações familiares, cujo exercício apropriado de papéis é fundamental para o estabelecimento de bons relacionamentos e formação da pessoa.

O relatório 8, registra que o menino sente-se excluído da relação dos pais e complementa: “Devido a essa exclusão apresenta impulsos agressivos que são dirigidos principalmente para a figura materna”. A exclusão apontada pode refletir a idéia da relação como um lugar delimitado por fronteiras que, no caso,

não são transpostas pela criança. O efeito dessa exclusão estaria gerando os impulsos agressivos da criança contra a “figura materna”.

No relatório 2 é registrado que os pais possuem uma forma distorcida de enxergar a criança. O destaque dado à forma como eles vêem o desenvolvimento do filho parece indicar uma falha no exercício dos papéis:

Os pais apresentam uma visão negativa do filho, sendo que a visão da mãe é mais distorcida, podendo ser notado esse aspecto, quando ela diz que ele sempre foi atrasado no desenvolvimento psicomotor, mas quando revela os dados de como foi esse desenvolvimento, percebemos que ocorreu dentro do esperado.

A contraposição entre “figura materna e feminina” e “figura paterna e masculina” é registrada no relatório 14. De acordo com o relatado, a criança se identifica com a “figura materna e feminina” que se mostra muito importante em sua vida. Já a “figura paterna e masculina” surge na vida da criança sob a forma punitiva e ameaçadora, de acordo com suas experiências vividas com o pai e o tio. Os papéis são mencionados sugerindo que seus ocupantes suscitaram na criança a identificação, ou não, dependendo da experiência vivida.

A ambigüidade de sentimentos está presente na relação da criança com seu pai e sua mãe, registrada no relatório 17. Os pais são separados e a criança mora com a mãe. Segundo relatado, a criança não queria ver o pai, por conta de uma série de episódios de violência verbal dele contra a mãe. Contudo, essa recusa da criança fazia com que sofresse: “O fato de não querer ver o pai causa muito sofrimento a ela, pois sente falta da presença de uma figura paterna, mas também sente que isso pode entristecer sua mãe”. A afirmação mostra que a criança teria a necessidade de uma figura paterna e não do pai propriamente dito.

Parece insinuar que uma outra pessoa, desde que ocupando o papel de pai de maneira adequada, poderia satisfazer a criança.

No relatório 5 observa-se o seguinte registro: “Percebeu-se que a agressividade da criança é proveniente de sua relação insatisfatória com a figura materna e da impossibilidade de manter contato com a figura paterna, a criança expressa através de atitudes agressivas toda sua raiva e solidão”. Novamente se nota que ao invés de se referir às pessoas do pai e da mãe, o relatório exprime o relacionamento entre figuras, o que pode sugerir idéias abstratas de pai e mãe.

### **Vínculo da criança com a família.**

No que diz respeito aos vínculos da criança com a família, em dois casos são registrados problemas relacionados a conflitos familiares. Em um deles, no relatório 6, é descrito que a criança:

[...] teve uma infância muito turbulenta. As mudanças de ambiente eram constantes e também havia um clima de preocupação, discórdia, ansiedade e nervosismo em sua família. Posteriormente, houve a separação dos pais, a temporada curta na casa dos avós e a morte de seu pai.

Os conflitos familiares são descritos como que gerados no interior da família. Não se considera o que promoveu a necessidade da família se mudar de residência constantemente. A discórdia, ansiedade e o nervosismo também aparecem como criados nas relações familiares, sem se levar em conta os fatores sociais envolvidos na questão. Também um fator importante a ser considerado é que a morte do pai foi ocasionada por assassinato, o que certamente pesa nas

relações da família, parece não ter a devida importância na interpretação realizada.

O outro caso em que surgem conflitos familiares está registrado no relatório 14, que relaciona diretamente os problemas relatados aos conflitos existentes na dinâmica familiar da criança:

Por meio das atividades que foram propostas à cliente, percebe-se de uma maneira muito clara que as queixas que vêm tanto da escola (falta de atenção e desobediência) quanto de sua mãe (agressividade) estão intrinsecamente ligadas ao funcionamento psicodinâmico da criança e ocultam os verdadeiros conflitos que existem em sua dinâmica familiar.

Os problemas relacionados à criança, relatados pela escola e pela mãe, são interpretados como sendo gerados internamente na criança e assumem uma função na dinâmica familiar de ocultar os conflitos existentes na família. Tanto a família quanto a criança são, portanto, consideradas entidades fechadas.

Foram encontrados dois relatórios afirmando que a criança sentia-se excluída da família. No relatório 12, consta a seguinte informação: “A criança também demonstrou que se sente excluída da família, aspecto que também aparece em outros instrumentos”. No relatório 7 há uma recomendação explícita para que a família receba ajuda: “Após todo o procedimento realizado com o menino, concluímos que a família dele necessita de ajuda porque a criança não se sente enquadrada na mesma, encontra-se deprimido e triste”. Os dois relatórios mostram o entendimento da família circunscrita nas relações, de modo que seus

componentes podem ou não ser incluídos em suas delimitações. Fica a idéia da família como um lugar a ser ocupado.

Com relação ao relatório 5, menciona-se que a criança idealiza uma família “estruturada”, diferente daquela vivida:

Em relação à família idealizada pela criança, esta se apresenta totalmente diferente da família real, a criança se volta para a fantasia na tentativa de compensar uma realidade que é difícil suportar. A família ideal é estruturada e adaptada, havendo interação e solidariedade entre os membros.

O fragmento acima sugere a idéia de uma estrutura familiar definida, pois a afirmação de que o ideal de família para a criança é a estruturada, passa pela interpretação do estagiário, que certamente admite um modelo de comparação, tanto que logo em seguida é afirmado: “Parecia que a criança gostaria de possuir uma família estruturada, como isso não era possível, contentava-se com os objetos das crianças que tinham uma vida familiar que ela gostaria de ter”

No relatório 3 é registrado que os comportamentos da criança, relatados pela mãe, estariam relacionados, junto com outros fatores, à dinâmica familiar e à separação dos pais:

Por fim, é interessante uma discussão sobre os problemas comportamentais da menina trazidos como queixa pela mãe, como mentir, furtar e dar objetos indiscriminadamente. Apesar do tempo escasso e de outros fatores, pode-se levantar algumas hipóteses para tais problemas, como uma necessidade de chamar a atenção do meio.

Outra hipótese seria uma necessidade da criança em ser contida através de limites. Porém, outros fatores podem estar associados, como a dinâmica familiar, a separação dos pais, além de mecanismos de aprendizagem comportamental e de reforço positivo, como propõe a teoria behaviorista.

Como se nota, as hipóteses com relação aos problemas da criança estão relacionadas a ela ou às relações familiares, seja na dinâmica seja no fato da separação dos pais.

Percebeu-se um vínculo relatado como satisfatório. Tal informação se encontra no relatório 16: “[...] a criança lida de forma realista e adequada com seus desejos em relação às figuras parentais e fraternais, como mostrou a interpretação dos testes”. Lidar de forma realista e adequada com os desejos parece indicar a maneira apropriada de se portar na família e assumir seu papel de filho, o que poderia contribuir para uma estabilidade familiar.

Nos sete casos acima relatados nota-se uma idealização de família com estrutura e dinâmica determinantes das relações entre seus membros.

### **Vínculos entre a criança e os irmãos**

Os dois relatórios que fazem menção ao vínculo da criança com seus irmãos mostram que há rivalidade entre eles. No relatório 3 se vê: “[...] em relação à figura fraterna, no caso o irmão mais novo, a criança talvez apresente alguma rivalidade ou hostilidade, além de uma possível não aceitação da mesma”. O termo figura se faz presente na interpretação do vínculo da criança com o irmão, suscitando a idéia de modelo. Já no relatório 2 é registrado que, em relação ao irmão, a criança demonstra ser bastante competitiva, já que os próprios pais incentivam esse aspecto quando o comparam com o irmão mais velho e

supervalorizam o último. A interpretação indica que os pais deixam a desejar no tocante a seus papéis.

Percebe-se que nos dois relatórios em que são mencionados o vínculo da criança submetida ao psicodiagnóstico com o irmão, as relações são mediadas por papéis, quando no relatório 3 se faz menção ao termo “figura fraterna”, enquanto que o relatório 2 sugere que os pais não atendem a uma expectativa de seus papéis.

## **B. Cuidados com a criança**

Por cuidados com a criança, entende-se a capacidade de zelar pelo bem-estar do indivíduo, que abrange as esferas da saúde física e psicológica, função essa, na sociedade atual, delegada quase que exclusivamente à família.

Nos relatórios pesquisados foi possível se verificar a maneira como as famílias são avaliadas no que concerne ao cumprimento ou não de funções relacionadas aos cuidados da criança. Como indicadores foram consideradas as condutas dos pais ou seus substitutos no desenvolvimento, no sentimento de segurança e na proteção da criança. Foi considerado como critérios para a inclusão dos indicadores, expressões que diziam respeito a sentimentos e comportamentos da criança (“sentimentos de solidão”, “a criança encontra-se regredida”) e condutas propriamente ditas dos pais (“a mãe participou no desenvolvimento da filha”, “os pais abandonaram a criança”).

Notou-se que a interpretação dos relatórios condiciona os cuidados despendidos pela família, que garantem à criança um desenvolvimento saudável,

ao ajustamento dos membros da família, especialmente os pais, à função de seus respectivos papéis. A tabela 11 mostra os resultados obtidos.

Tabela 11. Conduta dos pais para o cuidado com a criança.

Cuidados	Frequência	Proporção
Sentimento de segurança da criança	11	0,38
Desenvolvimento da criança	11	0,38
Proteção da criança	7	0,24
Total	29	1,00

Fonte: Seção “Conclusões” dos relatórios finais de psicodiagnóstico realizados no segundo semestre de 2003 e no ano de 2004, arquivados junto aos prontuários de psicologia breve infantil, encerrados em 2005

O total de 29 indicadores de cuidados da família para com a criança está assim distribuído: 11 dizem respeito ao Sentimento de segurança, 11 se relacionam com o Desenvolvimento e sete se referem à Proteção da criança.

Os indicadores da conduta dos pais para os cuidados com a criança registrados na tabela 11 são, a seguir, descritos e analisados, indicando-se o relatório no qual se encontrou o indicador, com base na numeração estabelecida no quadro 1 da página 50.

### **Sentimento de segurança da criança.**

Do total de 11 relatórios que se referiam ao sentimento de segurança da criança, notou-se que em nenhum caso a criança sentia-se segura. Seis deles se referem ao sentimento de insegurança a partir do que foi observado na criança pelo estagiário, por meio de testes psicológicos e entrevistas com a criança. Os outros cinco sugerem que determinados comportamentos dos familiares, observados nas entrevistas realizadas com a família, proporcionam tal sentimento.

Os seis indicadores relativos ao que foi observado na criança podem ser descritos conforme segue: no relatório 15 tal sentimento é atribuído ao medo de ficar abandonado: “A criança mostra certa insegurança e sensação de não estar protegida, demonstrando medo de ser ‘abandonada’ novamente, tendo sempre que ficar atenta e alerta para não ser deixada de lado”. Segundo o relatório 9, a criança mostra-se desconfiada e com intensa sensação de abandono, pois sabe que não tem um retorno do que necessita. Conclui o relatório: “[...] a criança, dentro da sua dinâmica familiar, parece sentir que não tem o apoio, segurança, confiança, atenção e o contato dos pais que tanto deseja”. Sentimentos de solidão e a falta de apoio das figuras parentais também são registrados no relatório 14: “Pôde-se perceber que a criança sente-se sozinha, sem o apoio das figuras parentais; mas mesmo com muito medo e insegurança está tentando caminhar para a sua independência”. Traços de ansiedade, sentimentos de solidão, acentuada necessidade de cuidado e afeto são citados no relatório 1, assinalando que tais sinais “apareceram sempre ligados a alguma figura paterna, quando está extremamente ligado aos pais ou em situações que sente a falta de atenção dos mesmos”. A insegurança da criança frente ao pai é explicitada no relatório 21, quando afirma: “[...] em relação à figura paterna a criança apresenta extrema insegurança. Isso fica evidente a partir da análise da transferência, pois ao agir, o faz de maneira extremamente cuidadosa temendo sua desaprovação”. Já no relatório 8 a insegurança da criança é sugerida pela sensação de falta de proteção da mãe, quando conclui: “A criança não sente a mãe como protetora, por isso muitas vezes tenta assumir uma postura independente e dar conta sozinho das suas necessidades”.

O que se observa é que os relatórios acima indicam que a criança desenvolve em seu mundo interno uma percepção de insegurança em relação à sua família. Tal elemento interno faz com que ela sofra e, dependendo de suas potencialidades, desenvolva comportamentos de superação.

Com relação aos cinco indicadores de sentimento de insegurança, atribuídos aos comportamentos dos familiares, observa-se que dois deles revelam as necessidades do dia-a-dia da família: no relatório 2 é assinalado que o fato de a mãe sair e deixar o filho sozinho em casa “o amedronta muito e lhe remete a fantasias de abandono”. Não são mencionadas as circunstância em que a mãe necessita sair e deixar a criança sozinha. O relatório 4 sugere que o fato de os pais deixarem a criança em uma instituição desde os três meses de idade, para poderem trabalhar, pode ter acarretado o sentimento de insegurança na criança. Segundo relatado pelo estagiário, “nessa etapa as crianças necessitam do relacionamento afetivo com os adultos, de um contato que estimule segurança, confiança e proteção”. Neste caso, o fato de os pais terem de trabalhar é referido apenas de maneira descritiva, não se refletindo acerca das condições em que os pais se vêem obrigados a trabalhar. Os outros três relatórios que atribuem ao comportamento dos familiares o sentimento de insegurança na criança, indicam que tal sentimento é gerado por dificuldades pessoais dos pais. As conclusões dos relatórios sugerem que os cuidados para com a criança são funções esperadas dos papéis de pai e mãe, que parecem ter ficado comprometidos pelas dificuldades pessoais: o relatório 7 afirma que o pai não consegue transmitir, por limitações pessoais, o sentimento de segurança para a criança: “o pai em sua atitude apática, ausente e desanimada, parece ter abdicado de sua posição de figura paterna capaz de transmitir segurança”. O relatório 20 conclui que “as

idéias ambivalentes da mãe”, existentes desde a gravidez, “podem dificultar o exercício da função de  *Holding*<sup>13</sup>, pois a mãe é muito ansiosa no contato com a criança”. Também no relatório 11 as dificuldades pessoais da mãe são apresentadas como um fator para sua incapacidade de dar conta das dificuldades do filho:

A mãe demonstra não conseguir se aproximar e entrar em contato com os sentimentos e necessidades da criança. Fatos difíceis em sua vida pessoal lhe trazem dificuldades, gerando a necessidade de se voltar para si mesma. Em decorrência, ela não se sente segura o suficiente para criar o filho e para dar conta das angústias da criança.

Nota-se que os 11 relatórios acima referem que a criança não sente segurança na relação com os familiares. De acordo com as conclusões apresentadas neles, a dinâmica familiar estaria gerando o sentimento de insegurança da criança. Essa dinâmica envolveria fatores relacionados ao mundo intrapsíquico da própria criança ou à conduta dos pais, o que sugere a idéia de uma família fechada em suas fronteiras, cujos membros deveriam se organizar de tal forma que permitisse à criança o sentimento de segurança.

### **Desenvolvimento da criança.**

Dos 11 indicadores que se referem à implicações da família no Desenvolvimento da criança, observou-se que apenas um (relatório 3) exprime a participação efetiva da mãe no desenvolvimento da filha, contudo o relatório exprime a ocupação adequada da mãe em seu papel, quando ao invés de se referir

---

<sup>13</sup> Termo designado por Douglas W. Winnicott para descrever o acolhimento físico do bebê pela mãe, que permite ao filho a sensação de amparo e sustentação.

à mãe, é utilizado o termo “figura materna”: “A figura da mãe pareceu ser a mais valorizada, afetiva e atenciosa, destacando-se sua participação efetiva no processo de desenvolvimento como um todo da filha”.

Os outros dez revelam que os familiares não colaboram de maneira adequada para o desenvolvimento da criança. No relatório 9, é sugerida a psicoterapia breve infantil, justificando que “foi concluído que é necessário trabalhar terapeuticamente, tanto com os pais, quanto com a criança, a estrutura desta dinâmica familiar e como ela está refletindo na vida da criança e no seu desenvolvimento psíquico”. A indicação da psicoterapia com vistas a trabalhar a estrutura da família mostra claramente a idéia de uma organização familiar em desacordo com um modelo que não está sendo seguido pela família.

O relatório 14 registra que a família não colabora para o desenvolvimento da criança. Nele, afirma-se que os problemas enfrentados pela criança têm como gênese os conflitos vividos pela família: “a partir dos resultados obtidos na aplicação de testes psicológicos, notou-se que a criança é inteligente e não possui problemas cognitivos. Conclui-se, então, que os conflitos familiares estão prejudicando o desenvolvimento da criança na escola”. Parece que a idéia que sustenta tal conclusão é a de que a superação de tais conflitos permitiria o adequado desenvolvimento da criança. Como se percebe, a conclusão diagnóstica indica que, na medida em que se envolve em conflitos, a família deixa de cumprir com sua função, repondo a idealização de uma família harmoniosa como condição para o desenvolvimento adequado da criança.

No relatório 17, é referido que a relação simbiótica que a mãe desenvolveu com a filha prejudica tanto seu “setor afetivo-relacional” quanto o “sócio-cultural”, uma vez que a criança “gasta muita energia na relação com a

mãe e não consegue canalizar para outras relações”. A relação estabelecida entre a mãe e a filha parece, de acordo com a conclusão do relatório, suficiente para determinar o desenvolvimento da criança. Mostra a idéia de que a família é uma entidade fechada.

No relatório 4 em que é analisado um problema de encoprese<sup>14</sup>, é apresentado o fato de a criança deixar de usar fraldas precocemente. Relata que o treinamento do controle esfinteriano foi realizado por profissionais de uma instituição na qual a criança ficava enquanto os pais trabalhavam. Descreve o relatório:

Um ensino demasiado coercivo e exigente ou demasiado precoce, levam geralmente a uma situação de encoprese. A mãe do paciente diz que o filho não usava fraldas (nem durante o dia, nem durante a noite) com um ano e oito meses, mas não foi ela quem fez o treinamento e sim a Instituição onde a criança ficava em período integral. Portanto, não se sabe se o treinamento foi coercivo e exigente, porém um pouco antecipado.

Nota-se que os cuidados entendidos como necessários para o desenvolvimento da criança, que dependem da presença dos pais, são prejudicados pelo trabalho, contudo, desconsidera-se o fato da necessidade concreta dos pais trabalharem. Mantém-se a idéia de que a família deve superar a dificuldade, ainda que as condições objetivas lhes sejam desfavoráveis.

Seis relatórios apontam para as relações familiares implicadas no comportamento regredido da criança. No relatório 11 a dificuldade de ela crescer é relacionada à carência materna: “A criança se apresenta regredida devido à sua

---

<sup>14</sup> Incontinência fecal.

dificuldade em crescer, ligada à carência materna e ao medo de perder a mãe”. Vivências traumáticas são consideradas determinantes na regressão da criança, avaliada no relatório 5: “Devido às vivências traumáticas que teve, principalmente em relação à figura materna, a criança em momentos de crise e pressão social, regride a etapas anteriores do desenvolvimento”. Percebe-se, nos relatórios 11 e 5 que a regressão da criança é atribuída à relação com a mãe, que parece não atender às necessidades de atenção da criança. O mesmo se observa no relatório 13, que relaciona a imaturidade da criança ao fato da diferença muito grande de idade com relação aos irmãos por parte de pai. Tal imaturidade seria reforçada pela conduta da mãe, que estaria impedindo o amadurecimento da criança:

O fato da criança ser o único filho da mãe e a diferença de idade de seus irmãos por parte de pai ser muito grande também podem colaborar para sua imaturidade, uma vez que a mãe demonstra ser muito protetora e que com frequência faz suas vontades, contribuem para que ele não seja incentivado a amadurecer, tornando-o acomodado e dependente da figura materna.

O relatório 16 afirma, mediante o resultado dos testes aplicados, que a criança é retraída e possui contato inadequado com a realidade, assinalando que “Tais características podem ser agravadas pelas atitudes da mãe, que reforçam seu comportamento infantil”. A conclusão denota a idéia de um problema de ordem individual da criança sendo intensificado com a conduta da mãe, que não estaria agindo de acordo com a expectativa inerente às suas funções. O relatório 18 expõe que a família, de uma maneira geral, se mantém distante do contato com

o meio externo e se volta para as relações entre seus membros. Conclui que: “o que existe é uma relação educacional e afetiva regredida, muito primitiva, que não é capaz de oferecer recursos para que a criança desenvolva sua autonomia e maturidade emocional”. Segundo o relatado, “as relações educacionais ficam defasadas e a criança reage a isso com extrema dependência, infantilidade e imaturidade frente a todas as situações de contato social, especialmente na escola”. A família é considerada, pelo relatório, como uma entidade fechada ao mundo externo, além de possuir força suficiente para impedir que a criança amplie suas relações com pessoas que não participam de suas relações familiares. Avaliando o problema trazido pela mãe referente ao comportamento “extremamente infantilizado do filho” (relatório 1), é afirmado que, mediante os resultados de testes aplicados, o fato “realmente ocorre, mas no contexto familiar, pois no contato com o estagiário o garoto comportou-se de forma absolutamente adequada”. O relatório conclui, ainda, que:

Em muitas situações o garoto transparece o conflito entre a dependência e a autonomia, pois demonstra momentos de evolução maturacional e de regressão ao mesmo tempo. Ainda que busque fazer coisas sozinho e confrontar o pai, mantém uma ligação muito forte com a psique parental, colocando-se muitas vezes como um bebê ou como uma criança muito pequena

A conclusão do relatório 1, ao apontar para uma espécie de ligação psíquica entre pai e filho, parece expressar uma idéia de relação hermética, fechada nos aspectos psíquicos que ocorre em um lugar específico: na família.

O conjunto de relatórios que mencionam a participação da relação familiar no desenvolvimento da criança parece não levar em conta os fatores sociais que medeiam a família. As conclusões sugerem-na como um local isolado da sociedade.

### **Proteção à criança.**

Os relatórios que se referem ao comportamento dos familiares em relação à Proteção da criança totalizam sete, dos quais quatro dizem respeito à falta de proteção à criança e três são relacionados a uma proteção demasiada.

Com relação à falta de proteção dos familiares à criança, nota-se o seguinte: o relatório 10 registra o caso da criança que passou grande parte de sua vida residindo em uma cidade do interior de Minas Gerais e posteriormente veio morar com a mãe no centro de São Paulo. Descreve o relatório:

O menino, com apenas oito anos de idade, se locomove sozinho tanto para a escola como para outras localidades de São Paulo como Sesc e Praça da República e é quanto a este tipo de negligência que a mãe e/ou família devem ser orientados, pois por se tratar de uma criança inteligente, esperta e com ampla possibilidade de um desenvolvimento saudável, neste descuido pode ser facilmente influenciado por grupos como traficantes, usuários de drogas, entre outros.

A orientação para que os familiares voltem a atenção ao fato da criança locomover-se sozinha a lugares inadequados à sua idade é pertinente. Contudo, parece que o histórico da família não é considerado suficientemente, ao se interpretar a conduta dos familiares como negligente. É importante pensar em

como a mãe desenvolveu sua percepção de cuidados para com seu filho, que era criado pela avó em um outro ambiente.

No relatório 15, é sugerida a falta de proteção da família quando afirma: “Por ser tão esperta e atenta à sua realidade, a criança tem consciência das situações difíceis pelas quais já passou - abandono, desamparo e falta de estabilidade familiar”. Dificuldades escolares relatadas pela mãe nas entrevistas de psicodiagnóstico (relatório 5) são atribuídas à história de abandono que a criança viveu: “Neste sentido as dificuldades escolares parecem ser provenientes de estados emocionais insatisfatórios, podendo estar relacionados à história de abandono que a criança viveu”. Encontra-se ainda, no relatório 11, a situação em que a mãe não consegue, devido a limitações pessoais, ajudar o filho na elaboração do luto referente à morte do tio:

Após tudo que ocorreu no seu contexto familiar, especialmente a morte do tio materno, a mãe da criança se sentiu desprotegida, e o seu distanciamento em relação às necessidades da criança se acentuou, não permitindo que ela ajudasse o filho na elaboração do luto.

Nos três relatórios que exprimem superproteção encontram-se os seguintes registros: no relatório 20, a superproteção é identificada e interpretada como uma maneira de a mãe compensar a culpa pela imperfeição do filho: “A mãe parece sentir-se muita culpada pela dificuldade e imperfeição do filho, tentando compensar a culpa por meio de uma superproteção”. No relatório 8 é citado o comportamento da mãe “que sempre foi muito protetora, sempre com medo que algo acontecesse a ele, não o deixando ir para festas, casas de amigos,

ou até mesmo freqüentar casas de parentes”. Já no relatório 7, o comportamento da mãe é considerado como um empecilho para que o pai se coloque em seu papel, o que alimenta as fantasias edípicas da criança:

A mãe acredita ser seu filho infantil, tendo atitudes protetoras colocando-o sempre ao seu lado, protegendo-o inclusive das tentativas do pai de se colocar em seu papel de pai e alimenta assim as fantasias edípicas de Luiz, fragilizando diante de seus olhos, a figura do pai, já tão desacreditado inclusive por si mesmo (envelhecido, cansado, doente, aposentado).

Nota-se que a proteção é medida em escala, ora insuficiente, ora demasiada, sendo que as causas da proteção inadequada são relacionadas, nos relatórios, a fatores pessoais dos pais, não se considerando devidamente outros fatores que podem levar os familiares a desenvolverem tal conduta.

O quadro 2 apresenta um resumo de como as famílias foram compreendidas pelo psicodiagnóstico no que tange aos vínculos familiares e à conduta dos pais nos cuidados com a criança e tem como objetivo facilitar a visualização para a posterior discussão.

Quadro 2 – Resumo dos resultados obtidos em relação aos indicadores de Vínculos familiares e Cuidados com a criança.

Relatório	Vínculos familiares	Cuidados com a criança
1	O relatório informa que o vínculo da criança com a mãe é proveniente de uma demanda interna da criança. O componente psíquico da criança, gerado pelo conflito edípico, determinaria a relação da criança com seus pais.	O relatório indica que a criança desenvolve em seu mundo interno uma percepção de insegurança em relação à sua família. Refere também uma ligação muito forte da criança com a psique parental, colocando-se muitas vezes como um bebê ou como uma criança muito pequena.
2	A ausência do pai na relação com o filho é citada, mas não se comenta as circunstâncias em que ocorre. O relatório sugere que os pais falham na expectativa de seus papéis quando incentivam a rivalidade entre os irmãos e quando não percebem a evolução da criança de maneira adequada.	O relatório afirma que o fato de a mãe sair e deixar o filho sozinho em casa o amedronta muito e lhe remete a fantasias de abandono, mas não é mencionada a circunstância em que a mãe necessita sair e deixar a criança sozinha.
3	Elementos intrapsíquicos da criança estariam determinando a vinculação com o pai. As hipóteses com relação aos problemas da criança estão relacionadas à criança ou às relações familiares, seja na dinâmica ou no fato da separação dos pais. O relatório menciona a relação da criança com seu irmão utilizando o termo “figura fraterna”.	O relatório exprime o exercício adequado da mãe em seu papel, quando ao invés de se referir à mãe, é utilizado o termo “figura materna”, para expressar a participação efetiva dela no desenvolvimento da criança.
4	Nenhuma referência foi encontrada	O relatório indica que o fato de os pais deixarem a criança em uma instituição desde os três meses de idade, para poderem trabalhar, pode ter acarretado o sentimento de insegurança nela. O desenvolvimento da criança é prejudicado pelo trabalho dos pais, contudo, desconsidera-se o fato da necessidade concreta dos pais trabalharem.
5	O Sentimento de inferioridade da criança em relação à mãe determinaria o vínculo daquela com esta. O relatório exprime o relacionamento entre figuras, quando afirma que a agressividade da criança é proveniente de sua relação insatisfatória com a figura materna e da impossibilidade de manter contato com a figura paterna. Consta, ainda, que a família não possui uma estrutura adequada.	A regressão da criança é atribuída à relação com a mãe, que, segundo o relatório, parece não atender às suas necessidades de atenção.
6	Segundo o relatório, o vínculo da criança com a mãe seria abalado em virtude da conduta desta. Os conflitos familiares seriam gerados exclusivamente no interior da família. O assassinato do pai parece não receber a devida atenção na interpretação do relatório.	Nenhuma referência foi encontrada
7	Consta no relatório que o comportamento desanimado e apático do pai suscita sentimentos de amor e ódio da criança em relação à mãe. O relatório recomenda psicoterapia em virtude de a criança não se sentir enquadrada na família.	O sentimento de insegurança seria gerado por dificuldades pessoais dos pais. O comportamento da mãe é considerado como um empecilho para que o pai se coloque em seu papel, o que alimentaria as fantasias edípicas da criança.
8	Segundo o relatório, a criança sente-se excluída da relação com os pais.	A criança, de acordo com o relatório, desenvolve em seu mundo interno uma percepção de insegurança em relação à sua família. A mãe é avaliada como muito protetora.
9	Nenhuma referência foi encontrada	A criança, de acordo com o relatório, desenvolve em seu mundo interno uma percepção de insegurança em relação à sua família. A indicação da psicoterapia com vistas a trabalhar a estrutura da família mostra a idéia de uma organização familiar em desacordo com um modelo que não está sendo seguido pela família.

Relatório	Vínculos familiares	Cuidados com a criança
10	Nenhuma referência foi encontrada	Segundo o relatório, A mãe é negligente pelo fato de a criança deslocar-se sozinha para locais inadequados à sua idade, não considerando a conjuntura em que se envolve a família.
11	A conduta da mãe, de acordo com o relatório, colocaria em risco o vínculo com a criança, pois a mãe não cumpre com a expectativa de seu papel.	O sentimento de insegurança da criança é interpretado como sendo gerado por dificuldades pessoais dos pais. A regressão da criança é atribuída à relação com a mãe, que parece não atender às suas necessidades de atenção.
12	Segundo o relatório, elementos intrapsíquicos da criança determinariam sua vinculação com o pai. Consta ainda que a criança sente-se excluída da família.	Nenhuma referência foi encontrada
13	Nenhuma referência foi encontrada	O relatório informa que a criança desenvolve em seu mundo interno uma percepção de insegurança em relação à sua família. Relaciona a imaturidade da criança ao fato da diferença muito grande de idade com relação aos irmãos por parte de pai. Tal imaturidade seria reforçada pela conduta da mãe, que estaria impedindo o amadurecimento da criança.
14	O relatório afirma que a criança se identifica com a figura materna e feminina que se mostra muito importante em sua vida. Já a figura paterna e masculina surge na vida da criança sob a forma punitiva e ameaçadora. Registra também que os problemas psíquicos da criança estariam encobrindo conflitos familiares.	Segundo o relatório, o fato da família envolver-se em conflitos deixaria de contribuir para o desenvolvimento da criança.
15	De acordo com o relatório, a identificação da criança com o pai faria com que ela imitasse o comportamento agressivo do pai nas relações com os colegas da escola. A instabilidade da relação entre os pais não forneceria modelo de identificação de papéis para a criança.	O relatório indica que a criança desenvolve em seu mundo interno uma percepção de insegurança em relação à sua família, gerada por abandono, desamparo e falta de estabilidade familiar.
16	O relatório refere que a criança viveu uma angústia no desmame e vê a “figura materna” como algo ruim. Registra ainda que a criança lida de forma realista e adequada com seus desejos, o que parece indicar a maneira apropriada de se portar na família e assumir seu papel de filho, contribuindo para a estabilidade familiar.	Segundo consta no relatório, o problema de ordem individual da criança é intensificado com a conduta da mãe, que não estaria agindo de acordo com a expectativa inerente às suas funções para o desenvolvimento do filho.
17	O relatório indica que a ligação entre mãe e filha é aprisionadora, não permitindo à criança estabelecer relação com outras pessoas. O relatório afirma ainda que a criança teria necessidade de uma “figura paterna”.	A relação estabelecida entre a mãe e a filha parece, de acordo com a conclusão do relatório, suficiente para determinar a dificuldade no desenvolvimento da criança.
18	Nenhuma referência foi encontrada	A família, segundo o relatório, impede que a criança amplie suas relações com outras pessoas que não participam de suas relações familiares.
19	Segundo o relatório, o vínculo entre a mãe e filho seria afetado pela confusão de papéis, quando a mãe trata o filho como se fosse seu parceiro, dividindo a cama com ele. O assassinato do pai parece não receber a devida atenção na interpretação do relatório.	Nenhuma referência foi encontrada
20	De acordo com o relatório, a relação de dependência da criança com a mãe seria gerada pela superproteção materna.	Segundo o relatório, o sentimento de insegurança seria gerado por dificuldades pessoais dos pais. A superproteção é identificada e interpretada como uma maneira da mãe compensar a culpa pela imperfeição do filho
21	De acordo com o relatório, e a mãe cumpre com a função do pai, que não mora com a família em virtude da separação	O relatório indica que a criança desenvolve em seu mundo interno uma percepção de insegurança em relação à sua família.

Pode-se perceber que a idéia de família compartilhada nos psicodiagnósticos é baseada em um modelo que parece não considerar devidamente a mediação social. Os fatores sociais, embora presentes nas conclusões diagnósticas, são compreendidos como extrínsecos à formação familiar. Tal modelo expressa uma representação de família, cuja característica é o fechamento em si própria, formada por indivíduos que se vinculam por meio de papéis definidos de pai, mãe e filho (a). Os indivíduos que participam dos relacionamentos familiares devem se adequar a determinadas maneiras de interação, e são avaliados de acordo com o desempenho no manejo de seus papéis: não seriam pessoas interagindo, mas papéis que devem ser devidamente ocupados.

A participação, em maior ou menor grau, da família na formação e/ou manutenção do problema psicológico da criança foi interpretada pelos psicodiagnósticos tendo como base a adequação dos familiares em seus respectivos papéis. De acordo com essa interpretação, para que não haja problemas na família, os familiares devem submeter-se a um rígido controle de seus comportamentos e sentimentos, a fim de se adequarem ao que supostamente se dispuseram ao assumir suas famílias.

O que fica obscurecido nas interpretações das relações familiares, realizadas nos psicodiagnósticos, é a dificuldade concreta dos familiares em desempenhar os papéis. Conforme discutido neste trabalho, a família é mediada socialmente (Adorno e Horkheimer, 1978), não pode ser considerada como um grupo à parte, abstrato que se organiza e se mantém de forma totalmente autônoma aos acontecimentos sociais. A idéia de uma família abstrata implícita

na interpretação dos instrumentos de avaliação supera a família concreta, ou seja, a que existe de fato.

A avaliação das famílias a partir de um modelo pode oferecer certa precisão na análise, contudo, não revela os fatores determinantes de sua estrutura, ofuscando a verdadeira realidade experimentada por ela. Como se pode perceber no Quadro 1 (p. 54), as famílias constantes nos relatórios estudados são formadas, na sua maioria, por uma constelação de relações, estabelecidas no transcorrer da história de vida dos indivíduos. Para Horkheimer (2003) “A família muda sua estrutura e sua função tanto de acordo com períodos isolados quanto também segundo os grupos sociais. Em especial, ela se transforma de maneira decidida, sob as influências do desenvolvimento industrial”. (p. 235)

As dificuldades pelas quais passou e passa cada membro familiar determinam a formação da própria família. Experiências realizadas em outros casamentos, expectativas ou não de ter filhos, estratégias de sobrevivência, condições econômicas e de trabalho são alguns dos fatores que se imbricam e medeiam as vinculações entre os familiares.

Cabe ressaltar ainda que a maioria das famílias descritas nos relatórios estudados possui uma condição econômica precária<sup>15</sup>, que tem sustentação nas formas em que os pais desenvolvem suas atividades laborais. Tal condição por si só já pode ser entendida como um importante fator social mediador tanto dos vínculos entre os familiares, quanto dos cuidados dispensados às crianças. Certamente os indivíduos participantes de grupos sociais economicamente desfavorecidos ficam mais vulneráveis a dilemas de impacto psicológico, tais

---

<sup>15</sup> Ver tabela 3 (p. 48).

como desemprego e pagamento de despesas (moradia, alimentação, saúde, educação).

É certo que a família marca de maneira indelével a criança. Cabe, portanto, afirmar que não se trata de absolver a família dos problemas psicológicos de suas crianças; trata-se de ampliar o entendimento e pensar sobre as condições concretas que cada membro familiar enfrenta para fazer diferente do que faz, na medida em que, segundo Horkheimer (2003):

Na verdade, a família representa uma das formas sociais que, como elementos da atual estrutura cultural, devido às contradições e crises cada vez mais acentuadas, executam de forma cada vez pior as funções em si necessárias, sem que, no entanto, possam ser alteradas fora do contexto social geral. (pp.216-217)

Para um entendimento mais completo das relações familiares não se pode prescindir da análise dos determinantes sociais, históricos, políticos e culturais que pesam sobre elas. O psicodiagnóstico, quando inclui a família na compreensão do problema da criança, indica por meio de instrumentos a maneira como a família contribui mais ou menos na constituição do problema psicológico da criança. Contudo, ao responsabilizar diretamente uma relação familiar conflituosa pelo surgimento e/ou manutenção do problema psicológico da criança, o psicodiagnóstico não elucida a real fonte de promoção do problema, mas esgota o problema na aparência dos fatos. Para se adequar a um papel abstrato determinado pela posição do indivíduo em sua família, o psicodiagnóstico exige igualmente a existência de um indivíduo abstrato, livre de suas determinações sociais. Para além de entender a dificuldade dos membros

familiares de se adequarem aos seus papéis designados, deve-se considerar os fatores sociais que determinaram a constituição dos indivíduos e da própria família.

A família é mediação social e os problemas apresentados nas suas relações refletem os problemas da própria sociedade: “[...] quanto mais esta sociedade, em consequência de suas leis imanentes, se aproxima de um estado crítico, tanto menos a família pode fazer justiça a este respeito à sua tarefa” (Horkheimer, 2003, p. 235).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa pretendeu-se investigar a idéia de família presente nos psicodiagnósticos infantis realizados na clínica-escola. O estudo mostra a importância concedida às relações familiares na formação dos problemas das crianças que foram submetidas ao psicodiagnóstico. Compreende-se a legitimidade dessa importância relegada à família que, nesta sociedade, geralmente representa o primeiro contato social da criança. Não há como negar que essas primeiras relações marcarão profundamente sua personalidade. Refletindo-se sobre a formação do indivíduo, pode-se pensar ainda nas determinações que as experiências com sua família lhe propiciarão. Esse fato, ainda que irrefutável, merece a ponderação apresentada no corpo teórico, a qual diz respeito à mediação social na formação familiar.

Os resultados encontrados nesta pesquisa mostram que os psicodiagnósticos infantis investigados exprimem uma idéia de família que parece não levar devidamente em consideração os fatores sociais na sua formação. Apresentam como modelo uma representação de família formada por indivíduos vinculados por meio dos papéis de pai, mãe e filho que, quando exercidos de maneira adequada, permitem a execução de suas funções esperadas pela sociedade. Os fatores sociais, quando considerados, são compreendidos como externos à família e os problemas decorrentes da estrutura social devem ser superados pelo esforço individual dos seus integrantes.

Os frankfurtianos Adorno, Horkheimer e Marcuse, principais autores que dão sustentação teórica a esta pesquisa, mostram que a família é mediada socialmente. Não pode ser considerada como um grupo à parte e abstrato, que se

organiza e se mantém de forma autônomo da estrutura social. A idéia de uma família abstrata, na interpretação dos instrumentos de avaliação, supera a família concreta, ou seja, a que existe de fato; confirma-se, assim, a função ideológica da psicologia.

Ao adotar um modelo de comparação ao invés de se compreender os determinantes sociais que incidem na formação da família, a psicologia rende-se ao tecnicismo e atende às necessidades do sistema social que, como mostra Horkheimer, produz os tipos humanos próprios de cada época.

Os autores da teoria crítica mostram que na sociedade atual, o indivíduo deve não só aceitar a autoridade, mas desejá-la; deve conformar-se com sua posição social e preparar-se para o trabalho. Ele deve ser plasmado na família e quando isso não ocorre, a psicologia pode ser requerida para atuar tecnicamente, seja na conformação do indivíduo, seja na da família. O problema familiar é compreendido como resultado de sua estrutura que provoca o problema psicológico infantil, por não possuir uma configuração adequada ou pelos seus membros, que não são competentes para assumir os papéis para os quais foram designados de antemão pela estrutura ideal de família. A incompetência em assumir o papel designado pelo familiar da criança é apontada, nos psicodiagnósticos, pelas dificuldades pessoais pelas quais ele passa.

O pensar técnico verificado nos relatórios de psicodiagnósticos pesquisados encerra os problemas apresentados pelas crianças quanto às relações vividas por estas com suas famílias. Ao propor a psicoterapia, tanto da para a criança quanto para os familiares, é esgotada no indivíduo a razão pelas quais se vive o sofrimento. De acordo com os resultados obtidos nas investigações, nota-se que há uma lógica funcional na idéia de família que serve de modelo de ajuste:

para que não haja problemas na família, a sua estrutura deve propiciar uma situação que se aproxime o máximo da relação harmoniosa.

A dificuldade concreta dos familiares desempenharem os papéis é entendida, de acordo com as conclusões diagnósticas, como uma falha pessoal. Às dificuldades pessoais dos componentes familiares de se ajustarem em seus papéis pré-determinados segue a proposta de psicoterapia, cujo propósito é por vezes declaradamente o ajuste do indivíduo, que deve sujeitar-se à realidade dada e produzir habilidades próprias na superação de seus problemas.

Vale destacar a importância do psicodiagnóstico infantil como instrumento que pode desvelar as fontes sociais do sofrimento vivido pela criança e pela sua família. O potencial crítico do psicodiagnóstico está no aprofundamento dos seus resultados. Seria necessário superar a noção de sintoma, calcada na idéia de que os problemas apresentados pelas crianças possuem um caráter meramente psicológico e atentar para os determinantes sociais que atuam na formação psíquica, como bem mostra a teoria crítica. Marcuse, ao criticar a cisão entre a psicologia, a política e a filosofia social, mostra que os distúrbios pessoais estão relacionados com a própria desordem social. O autor conclui que os problemas psicológicos são na verdade problemas políticos.

A dimensão política deve ser destacada já na formação do psicólogo. A aplicação do psicodiagnóstico na clínica-escola representa uma boa oportunidade para se discutir com os alunos do curso de psicologia a maneira como a mediação social atinge a estrutura familiar. Os resultados obtidos nos psicodiagnósticos realizados na clínica-escola podem fornecer subsídios para se refletir sobre o peso da sociedade na estruturação familiar. Como exemplo, no caso em que se nota claramente que os vínculos familiares e os cuidados com a criança são

prejudicados pelo tempo gasto pelos pais no trabalho. Ainda que se considere a importância de os pais saberem como lidar com tal questão objetiva, pois eles precisam continuar trabalhando, é importante se pensar para além da adequação do indivíduo à realidade dada: cabe questionar o que poderia ser diferente diante do que já existe. É necessário se refletir sobre a própria sociedade que, tendo em vista o que já evoluiu, poderia possibilitar uma maior liberdade ao homem. Contudo, o progresso alcançado não atende às necessidades humanas e sim à manutenção do próprio sistema social. Essa reflexão contribui para a formação crítica do aluno e questiona o uso da investigação psicológica puramente como instrumento de ajustamento dos indivíduos a papéis determinados ou a comportamentos considerados adequados.

Este estudo não esgota as discussões sobre o tema, mas, certamente, pode oferecer subsídios para uma reflexão acerca do uso instrumental da psicologia que, embora possa ter como objetivo manifesto contribuir para a eliminação dos dilemas humanos, ao propor como única saída a adaptação do indivíduo a um sistema social considerado imutável, pode recair no recrudescimento da fonte dos sofrimentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Acerca de la relacion entre Sociologia e Psicologia. In: JENSEN, H. (org.). *Teoria crítica del sujeto*. Buenos Aires: Sieglo XXI, 1986. p. 36-83.

\_\_\_\_\_. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes 1995.

\_\_\_\_\_. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ADORNO, T. W e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ARZENO, M. E. G. *Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BERENSTEIN, I. Problemas familiares contemporáneos o situaciones familiares actuales invariancia y novedad *Psicologia USP – Família*. Vol. 13, n° 2, p. 15-25, 2002.

BOWLBY, J. *Formação e rompimentos dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações 2002*. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/buscaGrupo.asp>>. Acesso em 12 dez. 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Emprego e Renda: salário mínimo*. Disponível em <[http://www.mte.gov.br/sal\\_min/default.asp](http://www.mte.gov.br/sal_min/default.asp)>. Acesso em 12 dez. 2007.

CROCHIK, J. L. *O computador no ensino e a limitação da consciência*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1998.

\_\_\_\_\_. *Preconceito e atitudes em relação à educação inclusiva*. Projeto de Pesquisa. São Paulo: CNPQ, 2005.

CUNHA, J. A. *Psicodiagnóstico – V*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ENGELS, F. A família monogâmica. In CANEVACCI, M. (org.) *Dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FARIA, N. J. *Concepções de indivíduo presentes em estágios de psicologia clínica*. 2000. 204p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica São Paulo, 2000.

FONSECA, C. *Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros*. *Psicologia USP – Família*. Vol. 13, n° 2, p. 15-25, 2002.

FREUD, A. El concepto de madre rechazante in Anthony, E. J. y Benedek, T. (compiladores) *Parentalidad* Buenos Aires: ASAPPIA Amorrortu Editores, 1983.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. In Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GOMES, J. V. *Família: cotidiano e luta pela sobrevivência*. In CARVALHO, M. C. B. (org.) *Família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez Editora, 1995.

GOMES, I. C. *O sintoma da criança e a dinâmica do casal*. São Paulo: Escuta, 1998.

GOMIDE, A. P. A. *Práticas psicológicas na clínica: uma leitura crítica da desistência das populações pobres às psicoterapias*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 2000.

HORKHEIMER, M. Teoria crítica e teoria tradicional. In Benjamim, W., et. al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1980, p. 125-162. (Os pensadores).

\_\_\_\_\_. *Teoria Crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.

MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

\_\_\_\_\_. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade*. Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In CARVALHO, M. C. B. (org.) *Família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez Editora, 1995.

MORGAN, L. H. A família antiga. In CANEVACCI, M. (org.) *Dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

OCAMPO, M. L. S.; ARZENO, M. E. G.; PICCOLO, E. G. e cols. *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

POSTER, M. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SILVARES, E. F. M. O papel preventivo das clínicas-escola de psicologia no seu atendimento a crianças. In *Temas de psicologia*. n. 2, p. 87-97, 1993.

SOIFER, R. *Psicodinamismos da família com crianças*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SPITZ, R. El efecto de los trastornos de personalidad de la madre sobre el bienestar de su bebé in Anthony, E. J. y Benedek, T. (compiladores) *Parentalidad* Buenos Aires: ASAPPIA Amorrortu Editores, 1983.

TRINCA, W. Processo diagnóstico de tipo compreensivo. In TRINCA, W. (org) *Diagnóstico psicológico: a prática clínica*. São Paulo: EPU, 2003.

TSU, M. J. A. A relação psicólogo-cliente no psicodiagnóstico infantil. In In TRINCA, W. (org) *Diagnóstico psicológico: a prática clínica*. São Paulo: EPU, 2003.

WINNICOTT, D. W. La experiência de mutualidad em la relación madre-hijo. In ANTHONY, E. J. e BENEDEK, T. (compiladores) *Parentalidad*, Buenos Aires: ASAPPIA Amorrortu Editores, 1983.

WINNICOTT, D. W. *Tudo começa em casa* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Marins Fontes, 2005.